

**DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO
ESTADO DA BAHIA S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021**

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º Semestre de 2021

Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda
Diretor Presidente e Diretor de Administração e Finanças

Agenor Barreto Martinelli Braga
Diretor de Negócios

Paulo de Oliveira Costa
Diretor de Operações

SUMÁRIO

A EMPRESA.....	5
INDICADORES RELEVANTES.....	5
MENSAGEM DA DIRETORIA	6
I. DESEMPENHO OPERACIONAL	8
I.1 CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	8
I.2 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	10
I.3 GESTÃO DE FUNDOS	11
II. DESEMPENHO FINANCEIRO.....	13
III. DESTAQUES DA GESTÃO ORGANIZACIONAL.....	15
III.1 GESTÃO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, <i>COMPLIANCE</i> E RISCO	15
III.2 GESTÃO DE PESSOAS	16
III.3 COMUNICAÇÃO, <i>MARKETING</i> E PRODUTOS.....	17
III.4 GESTÃO DE TI.....	17

A Empresa

A Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. nasceu da transformação do extinto Desenbanco – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. em agência de fomento, conforme Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 7.935, de 9 de outubro de 2001. Está constituída como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, e tem o Estado da Bahia como acionista majoritário. Funciona com autorização do Banco Central e, na condição de instituição financeira de fomento, está subordinada à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

A Agência opera de forma alinhada com as políticas públicas estaduais e tem por objeto apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social no estado da Bahia, mediante a concessão de empréstimos e financiamento de capital fixo e de giro, bem como prestar garantias e serviços de agenciamento financeiro, de administração de fundos de desenvolvimento e de consultoria, notadamente aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

Sediada no município de Salvador, a Desenhahia dispõe de oito Gerentes de Desenvolvimento, sendo um deles alocado em Salvador para atender a Região Metropolitana, e sete alocados fora da capital, de modo a atender a todos os municípios baianos. Esses sete gerentes se encontram distribuídos em Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Juazeiro, Vitória da Conquista e Irecê.

Indicadores Relevantes

Em 30/06/2021:

Capital Social Integralizado	R\$ 568,1 milhões
Ativo Total	R\$ 1.020,8 milhões
Patrimônio Líquido	R\$ 657,3 milhões
Lucro Líquido	R\$ 11,1 milhões
Carteira de Operações de Crédito	R\$ 647,6 milhões
Liberações no período	R\$ 49,6 milhões
Número de liberações no período	1.691

Mensagem da Diretoria

Apresentamos o desempenho operacional e o resultado financeiro da Desenbahia no primeiro semestre de 2021, com a certeza de que a Agência segue, cada vez mais firme, exercendo o seu papel em prol do desenvolvimento econômico e social do estado da Bahia. Nesse período, a Desenbahia realizou liberações de crédito no valor de R\$ 49,6 milhões e contabilizou lucro líquido de R\$ 11,1 milhões.

O ano de 2021 iniciou com uma nova onda de infecções causadas pelo vírus SARS-CoV-2 nos países europeus e, em seguida, os casos de infecções no Brasil voltaram a apresentar rápido incremento, confirmando que no país começava a segunda onda da doença. Com o ritmo vacilante do controle da pandemia, o desempenho da economia brasileira no primeiro semestre ainda não foi o suficiente para reparar o retrocesso do ano anterior, mas as perspectivas para o ano permanecem favoráveis.

De acordo com os dados publicados pelo Banco Mundial no início de junho de 2021, o Produto Interno Bruto - PIB do Brasil deverá registrar crescimento de 4,5% e o incremento da economia global será de 5,6%. A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, por sua vez, prevê um crescimento de 5,3% do PIB do país em 2021. Os fundamentos para essa projeção mais otimista estão nos indicadores de confiança melhores para as expectativas dos empresários e na retomada do investimento, assim como no resultado positivo do primeiro trimestre do ano, que superou as estimativas do mercado. De fato, pelo Sistema de Expectativas de Mercado, do Banco Central do Brasil, a mediana das previsões da taxa de crescimento do PIB em 2021 é de 5,29% (levantamento de 23/07/2021).

Para o crescimento da economia baiana, a estimativa da Federação das Indústrias da Bahia – FIEB também é positiva, considerando que prevê incremento de 4,6% do PIB estadual em 2021. Os três setores deverão contribuir para o resultado: o comércio, com 6,0%; a agropecuária, com 4,5%, e a indústria, com 0,5% (puxada pela indústria extrativa e a construção civil).

O semestre se caracterizou, assim, por um cenário de expectativas, ainda bastante desafiador, posto que muitos empreendimentos nacionais e baianos permaneceram sentindo os efeitos negativos das medidas protetivas, notadamente o distanciamento social, necessárias para contenção da pandemia. A propósito, o mercado de concessão de crédito direcionado a pessoas jurídicas apresentou evolução positiva no que se refere ao crédito rural e negativa quando se observam as operações com recursos do BNDES.

Nesse contexto, o desempenho operacional da Desenhahia foi animador, uma vez que representou incremento de liberações de crédito 27,5% superior ao valor registrado no mesmo período do ano passado. O valor das liberações alcançou R\$ 49,6 milhões no semestre em apreço (ante R\$ 38,9 milhões no primeiro semestre de 2020). Em termos de quantidade de liberações efetuadas, também houve incremento: foram 1.691 liberações nesse semestre, 25,1% acima da quantidade realizada no primeiro semestre de 2020. Não obstante a situação econômica geral das empresas ainda delicada, a inadimplência da carteira da Desenhahia manteve-se controlada, em patamar inferior ao de instituições financeiras sob controle público e privado nacional.

Dois projetos realizados no semestre devem gerar resultados positivos no segundo semestre. O primeiro foi o desenvolvimento de um programa com linhas de crédito para capital de giro de baixo valor e fluxo processual rápido. O Programa CrediMais, recém-construído, ficará disponível ao mercado no mês de agosto. O segundo investimento refere-se às linhas do programa CrediBahia: foram promovidas mudanças no processo de concessão para admitir a entrega de documentos relativos a operações, principalmente de clientes residentes fora da capital, por meio digital. A modernização implementada no final do primeiro semestre estará em plena operação nos próximos meses.

Como administradora de fundos, a Desenhahia iniciou as atividades relativas ao Fundo Garantidor do Aporte da Ponte – FGAP. Instituído pela Lei Estadual nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021, o FGAP tem por finalidade prestar garantia de pagamento do aporte de recursos assumido pelo Estado da Bahia no contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica. No dia 05 de março, houve a primeira Assembleia Geral Extraordinária do Fundo, na qual foram aprovados o Estatuto, o Regulamento do FGAP e a integralização inicial das cotas. Como cotista único, em 07 de abril, o Estado da Bahia creditou o valor necessário para compor o saldo mínimo do Fundo no ano de 2021, R\$ 250 milhões, como previsto legalmente. Os recursos do FGAP estão depositados em conta bancária de titularidade do Fundo e apenas podem ser empregados para a finalidade estabelecida e as atividades correlatas.

Sobre o desempenho financeiro favorável obtido, R\$ 11,1 milhões de lucro líquido, o destaque é a redução na rubrica Despesa de Repasse, que reúne os valores pagos pela Agência às instituições financeiras ofertantes dos recursos empregados em operações de crédito. No semestre, essa rubrica foi aproximadamente R\$ 10 milhões inferior ao realizado no mesmo período em exercícios anteriores. Essa redução é explicada pela quitação antecipada de passivos onerosos realizada no ano passado. Trata-se, desse modo, de um gerenciamento proativo do passivo cujos resultados começam a ser sentidos de forma positiva.

Nas próximas seções deste documento, são detalhados os resultados obtidos pela Agência, assim como os destaques da gestão organizacional que marcaram o semestre.

Serve-se do ensejo para agradecer ao Governador Rui Costa, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e aos do Comitê de Auditoria pela confiança depositada nessa Diretoria, assim como o apoio e as contribuições. Ao corpo funcional, segue o reconhecimento pela dedicação e presteza em tempos de excepcionalidade.

I. Desempenho Operacional

I.1 Concessão de Crédito

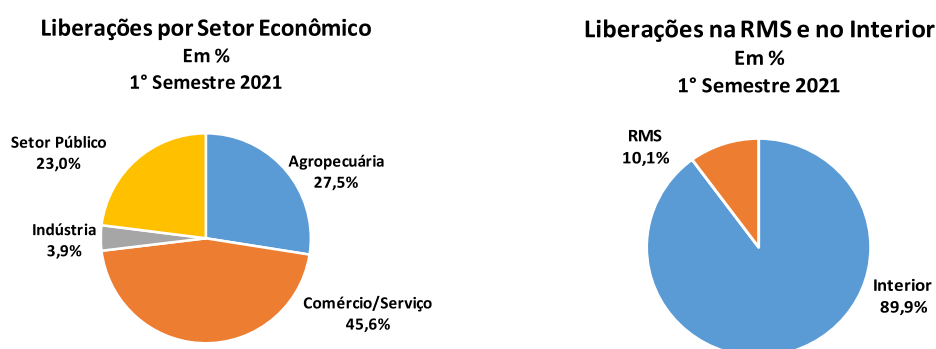
No primeiro semestre de 2021, a Desenhahia liberou R\$ 49,6 milhões, sendo R\$ 31,2 milhões de recursos provenientes do Sistema BNDES/FINAME, ou 62,8% do total; R\$ 17,4 milhões de Recursos Próprios (RP), ou 35,0%; e R\$ 1,06 milhão do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, ou 2,1%. No que se refere ao FUNGETUR, cabe ressaltar que se trata de uma fonte relativamente nova para a Desenhahia, uma vez que a Agência iniciou a oferta desses recursos no final de 2020.

Em termos de quantidade, foram 1,7 mil liberações ao longo do semestre, sendo a parcela mais significativa a referente às operações de microcrédito que alcançaram 1,6 mil liberações.

Quando a análise recai para a distribuição setorial da economia, observa-se que a parcela destinada ao segmento privado, R\$ 38,2 milhões, absorveu 77,0% do total das liberações, tendo ficado a parcela de R\$ 11,4 milhões, ou seja 23,0% do total, destinada ao segmento público. Com essa segunda parcela, foram atendidas as demandas de liberação de 12 municípios baianos. No segmento privado, o setor Comércio e Serviços foi o que mais se beneficiou com liberações, uma vez que recebeu R\$ 22,6 milhões, representando 45,6% do total liberado. A Agropecuária recebeu R\$ 13,6 milhões (27,5% do total) e a Indústria, R\$ 1,9 milhão (3,9%).

No que concerne ao porte dos empreendimentos, a Desenhahia priorizou suas ações para as empresas classificadas entre micro e médio porte. Para os empreendimentos classificados nessas categorias, foram destinados R\$ 25,7 milhões (ou 51,9% do total das liberações realizadas). Os empreendimentos de grande porte se beneficiaram com liberações de R\$ 3,2 milhões (6,4% do total). Para as operações de microcrédito e demais realizadas com pessoas físicas (produtor rural, em particular), foram conduzidos R\$ 20,7 milhões (equivalente a 41,8% das liberações do semestre).

Em termos de distribuição espacial, a maior parcela das liberações realizadas no período em análise, 89,9% do total, foi dirigida para o interior do estado, direcionando-se para a Região Metropolitana de Salvador a parcela de 10,1%. Esse fenômeno alinha-se com a preocupação da Desenhahia em interiorizar o crédito, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico menos concentrado espacialmente.



Especificamente sobre o programa de microcrédito operado pela Desenhahia, denominado de CrediBahia, cabe esclarecer que, com recursos da carteira da própria instituição, a Agência opera na modalidade de financiamento direto a microempreendedores. O programa é o resultado de uma parceria constituída pela Desenhahia, SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes, SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Municípios, e UPB – União dos Municípios da Bahia.

No primeiro semestre de 2021, com recursos da carteira de crédito da Desenhahia, foram realizadas operações de microcrédito que somaram R\$ 9,6 milhões, por meio de 1,6 mil liberações.

Em termos de apoio aos programas de Governo previstos no Plano Plurianual - PPA 2020-2023, a Desenhahia atua diretamente no Programa Gestão Governamental, especificamente para o alcance do compromisso “promover política articulada de investimentos públicos e de atração de inversões privadas para a expansão, diversificação e desconcentração espacial da base econômica estadual, orientada por diretrizes estratégicas de transformações estruturais contidas no planejamento de longo prazo para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável”. Através da iniciativa de disponibilizar 17 linhas de financiamento para projetos de investimentos em setores considerados estratégicos, a Desenhahia busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico baiano. No semestre em análise, a Agência de fato colocou à disposição do mercado uma quantidade de linhas de financiamento superior ao estabelecido na iniciativa e liberou recursos por meio de 17 das linhas disponibilizadas.

I.2 Recuperação de Crédito

A continuidade da crise sanitária sobre a economia ainda demanda muitas solicitações de repactuação de contratos de financiamento na Desenhahia. Com o objetivo de auxiliar as empresas a se recuperarem dessa situação atípica, a Agência manteve algumas das condições de renegociação especiais estabelecidas no ano passado.

Especialmente para o público de transporte escolar, foram mantidos todos os benefícios, pois esse setor continua com a renda fragilizada, visto que as escolas continuam, na sua maioria, em aulas semipresenciais ou virtuais. Os clientes da linha Protáxi também contaram com o apoio da Agência.

Para as demais modalidades de financiamentos, as condições de renegociação estão sendo analisadas, considerando, em particular, o fluxo de caixa do empreendimento. O objetivo é verificar a necessidade de alteração de prazos e periodicidade de pagamentos, de modo a adequar a dívida à capacidade de pagamento atual da empresa.

Além da renegociação desses contratos, a Desenhahia continua focada em recuperar créditos baixados em prejuízo. A Agência planeja seguir com a estratégia de recuperar créditos baixados em prejuízo em contratos ajuizados no segundo semestre, em especial por meio de leilão dos imóveis que são garantia hipotecária, com destaque para imóveis rurais, tendo em vista o crescimento do agronegócio.

I.3 Gestão de Fundos

Para viabilizar ações de fomento social e econômico do Estado da Bahia, a Desenhahia também atua com a gestão de fundos. Atualmente, quatro fundos são geridos pela Agência: o FUNDESE, o FGBP, o FGAP e o FUNDURBANO, este em processo de extinção.

FUNDESE – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico

A Desenhahia é a gestora financeira do FUNDESE, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo.

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o FUNDESE constitui uma fonte alternativa de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenhahia. O Fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimentos do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

Registra-se que mesmo o FUNDESE não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenhahia submete todas as solicitações de operações de financiamento aos mesmos processos de avaliação de análise e risco de crédito e de governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira. Em função das atividades que realiza, a Agência faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenhahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações desse fundo.

Os recursos do FUNDESE foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 18,7 milhões no primeiro semestre do ano. O destaque fica com as liberações efetuadas para a concessionária responsável pela operação, manutenção e revitalização do Sistema Viário BA-052 e a construção de ponte-travessia sobre o rio São Francisco entre Xique-Xique e Barra. Trata-se de um projeto estratégico para o estado da Bahia e que está sendo realizado por meio de um contrato de PPP.

No que se refere à participação do FUNDESE nos programas de Governo do PPA 2020-2023, o fundo também apoia o mesmo compromisso vinculado ao Programa Gestão Governamental, como visto para a Desenhahia. As iniciativas do FUNDESE são duas: i) disponibilizar linhas de financiamento e subvenções econômicas para implantação e ampliação de empreendimentos em setores considerados estratégicos e; ii) realizar estudos técnicos que visem a implantação de empreendimentos públicos e privados relacionados ao desenvolvimento socioeconômico (pelo menos um estudo técnico no quadriênio 2020-2023). No primeiro semestre de 2021, foram colocadas à disposição do mercado mais de 12 linhas de financiamento. Sobre a segunda iniciativa, não houve demanda para realização de estudos técnicos enquadráveis na proposta.

FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência essencial a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude de contratos de PPP. Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. O Relatório de Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas com parecer do auditor independente.

No semestre em destaque, além dos dois contratos de garantia de projetos de concessão patrocinada cobertos pelo FGBP, Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas e Sistema Viário BA-052, o Fundo passou a prestar garantias para o projeto de concessão do Sistema Rodoviário Ponte Salvador – Ilha de Itaparica. O contrato de garantia foi firmado em 31 de março, com saldo mínimo a ser mantido em conta bancária vinculada no valor de R\$ 28,1 milhões. Vale registrar que, em abril de 2019, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para a concessão do Veículo Leve sob Trilhos – VLT de Salvador.

No final do período, o saldo disponível do Fundo alcançou R\$ 310,1 milhões e o saldo dos direitos a receber por conta de garantias honradas somou R\$ 34,4 milhões. A relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,41.

FGAP – Fundo Garantidor do Aporte da Ponte

Através da Lei Estadual nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021, o Poder Executivo da Bahia autorizou a criação do Fundo Garantidor do Aporte da Ponte – FGAP, com a finalidade de prestar garantia de pagamento do aporte de recursos assumido pelo parceiro público estadual no contrato de PPP, na modalidade de concessão patrocinada, para execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica (Contrato de Concessão nº 001/2020 – SEINFRA).

No semestre, a Desenhahia se ocupou com a criação efetiva do Fundo, por meio de realização de Assembleia Geral de Cotistas; inscrição na Receita Federal do Brasil (para obtenção de CNPJ); preparação de Estatuto e Regulamento para avaliação e validação da Assembleia. O Estado da Bahia, por sua vez, integralizou cotas em abril, por meio de crédito na conta bancária de titularidade do Fundo.

No final do período, o saldo disponível do FGAP somou R\$ 251,7 milhões e a relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,007.

II. Desempenho Financeiro

Rubricas em Relevô:

Receitas da Intermediação Financeira	R\$ 52,0 milhões
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	R\$ 39,1 milhões
Resultado Operacional	R\$ 14,2 milhões
Lucro Líquido	R\$ 11,1 milhões

A Desenhahia apurou lucro líquido de R\$ 11,1 milhões no primeiro semestre de 2021, com diminuição de 20,9% em comparação ao registrado no mesmo período do ano anterior.

A receita de intermediação foi de R\$ 52,0 milhões, com decréscimo de 28,0% (R\$ 20,2 milhões) ante 2020. É importante destacar que, em 2020, houve resgate de títulos públicos federais que garantiam o valor principal das operações vinculadas ao Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, que gerou receita de R\$ 30,2 milhões. Desconsiderando o impacto do PESA, ter-se-ia um incremento de receita de intermediação de R\$ 10,0 milhões no período (23,9% acima do contabilizado no primeiro semestre de 2020).

A receita de títulos e valores mobiliários foi 52,0% inferior à apurada no primeiro semestre de 2020. A taxa Selic em patamares mínimos históricos em boa parte do período justifica a redução verificada.

Por outro lado, as despesas da intermediação financeira apresentaram expressiva redução. O valor apurado foi de R\$ 12,9 milhões, com redução de 50,6% (R\$ 13,2 milhões) em comparação ao mesmo período de 2020.

Destaque para a despesa de repasse que diminuiu R\$ 9,7 milhões. A redução é explicada pela quitação antecipada de obrigações de repasse em valor superior a R\$ 51,0 milhões realizada no fim de 2020. Cerca de 90,0% das operações quitadas eram corrigidas pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), índice que acumula alta de 15,1% em 2021.

A despesa de provisão foi 70,8% inferior à do primeiro semestre de 2020, evidenciando a solidez da carteira de crédito da Agência.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira foi de R\$ 39,1 milhões, com redução de 15,2% (R\$ 7,0 milhões) ante 2020.

A redução no Resultado da Intermediação foi parcialmente compensada pelo rígido controle das despesas. A rubrica ‘outras despesas operacionais’ apresentou redução de 5,8%, ou R\$ 2,3 milhões, com destaque para a despesa de pessoal, que foi R\$ 1,3 milhão inferior à apurada nos primeiros seis meses de 2020.

Como visto, mesmo com a redução de receita de intermediação financeira de mais de R\$ 20,0 milhões já explicada acima, o lucro apurado no período foi apenas R\$ 2,9 milhões inferior ao verificado no mesmo período de 2020. Isso foi possível graças a ações da Administração que proporcionaram obtenção de significativas reduções nas despesas de repasse, de provisão e outras despesas operacionais.

III. Destaques da Gestão Organizacional

III.1 Gestão de Governança Corporativa, *Compliance* e Risco

Visando otimizar a sua estrutura e atender aos órgãos regulamentadores e reguladores, a Desenhahia tem investido nos últimos anos na atualização da sua estrutura e dos processos, alinhando-se sempre às melhores práticas do segmento. Foram promovidas mudanças na estrutura de governança que, além de acolher os requisitos e regulamentos do Banco Central, atendem também à Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

A estrutura de governança da Desenhahia objetiva o fortalecimento de gestão, privilegiando um processo transparente e coletivo de tomada de decisão. Desta forma, a decisão engloba não só as instâncias previstas em leis e normativos como o Conselho de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Elegibilidade, mas também comitês internos, a exemplo de Riscos; Segurança da Informação; Crédito e Renegociação; Gestão Estratégica e Financeiro, que reforçam a cultura de governança corporativa.

No que tange à gestão de risco, a Desenhahia adota um modelo de gestão integrada dos riscos a que está exposta, tendo como referências principais as Resoluções CMN nºs 4.557/2017 e 2.554/1998. O conjunto de normas publicadas pelo Banco Central, além de outros normativos externos aplicáveis à Agência, está refletido nas Políticas Internas que dão suporte à Gestão de Riscos. No primeiro semestre de 2021, a Desenhahia continuou aprimorando, pelo quarto ano consecutivo, a sua política de *compliance* com base na Resolução CMN nº 4.595/2017, assegurando, assim, a adequação, o fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos, bem como diretrizes e atividades com o propósito de fortalecer a orientação e conscientização da prevenção à lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo, a fraude e a corrupção, além de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à imagem da instituição.

III.2 Gestão de Pessoas

O destaque para 2021 volta-se para o processo de Avaliação de Desempenho e Gestão por Competências, que, neste primeiro semestre, teve o processo de planejamento dirigido à revisão de todas as descrições de função da Agência.

Em face do estado de pandemia causado pelo novo coronavírus, além da reestruturação da área de pessoas, não foi possível realizar o Plano Anual de Treinamento e Desenvolvimento para 2021. As ações de desenvolvimento de pessoas continuaram com seus esforços voltados a treinamentos estritamente obrigatórios, em atendimento a normativos legais, sendo os de natureza técnica autorizados em caráter excepcional. Foi privilegiada a utilização dos recursos de aprendizagem disponíveis no Portal Corporativo da Desenhahia, além da divulgação para os colaboradores de conteúdo *online* gratuito como alternativa ao formato tradicional de treinamento.

Vale ressaltar que o Projeto ‘Conheça a Desenhahia’ se destacou no período pela sua construção simples e de baixo custo, tendo sido realizado em parceria com a área de *marketing* e produtos, e colocado em prática por três unidades neste primeiro semestre. Os focos do projeto estão na melhoria de indicadores de visão sistêmica, na redução dos ruídos de comunicação e no fortalecimento da empatia entre as diferentes áreas da empresa. A ideia mais ampla do projeto é conectar os agentes operacionais e táticos ao Planejamento Estratégico da Organização.

Quanto às ações voltadas à preservação da saúde dos empregados e colaboradores, pelo estado de pandemia causado pela COVID-19, a Desenhahia adotou os protocolos gerais expedidos pelas autoridades competentes e estabeleceu um rígido conjunto de medidas sanitárias que não permitiram que houvesse a contaminação do vírus SARS-CoV-2 no ambiente de trabalho também neste ano de 2021, contando, sobremaneira, com o serviço de medicina do trabalho no apoio à condução dessas ações.

Ainda no que se refere à gestão de pessoas, é de se destacar que, após o ingresso dos empregados ativos no Planserv, sem carência, no final de 2020, foi também acatada pelo Planserv, nesse primeiro semestre de 2021, a inclusão dos aposentados (empregados e ex-empregados), atendendo a pleito formulado pela associação de empregados que fora encaminhado pela Desenhahia à Secretaria de Administração - SAEB.

III.3 Comunicação, *Marketing* e Produtos

As principais ações de comunicação e *marketing* no primeiro semestre continuaram impactadas pela pandemia do coronavírus (Sars-CoV-2).

Um dos destaques do semestre foi a participação da Desenhahia, como parceira e patrocinadora, da Bahia *Farm Show* - maior evento do agronegócio do Norte e Nordeste do Brasil - em sua versão “Digital Experience”, transmitido pelo Canal Rural - TV e *internet*. A Desenhahia teve publicidade exibida tanto durante o evento na TV, quanto no *site* do canal. Além desse evento, a Agência investiu em publicidades para públicos segmentados, como a campanha do Credibahia, que foi veiculada em diversos municípios baianos, e outras publicações em veículos especializados.

Para ajudar as empresas no enfrentamento da crise, a Desenhahia continuou modificando regulamentos internos. Foi desenvolvida uma solução para atender aos clientes que buscam financiamentos não mais enquadrados no microcrédito, e com valores até R\$ 50 mil. Desenhado para operacionalizar, de forma ágil e segura, a solução planejada, o Programa CrediMais foi criado como um novo processo de concessão de crédito. É composto por três linhas de financiamento a serem operadas com recursos próprios, do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE e do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, e tem como objetivo apoiar as atividades produtivas das empresas baianas, através de financiamento de capital de giro.

III.4 Gestão de TI

O projeto Otimiza permanece avançando nas etapas de migração dos dados de operações financeiras e integração com os sistemas da Desenhahia que continuarão em operação após a implantação do Sistema de Gestão Integrada, conhecida como *Enterprise Resource Planning* - ERP.

No período em análise, a criação do Programa CrediMais requisitou esforço da área de tecnologia da informação, com vistas ao desenvolvimento de uma plataforma operacional ágil e moderna.

Também foram construídas funcionalidades no sistema de Microcrédito. Além da eliminação de etapas não essenciais do processo de concessão de financiamento, a documentação necessária à contratação passou a ser enviada de forma digital. Essas mudanças trouxeram mais agilidade às liberações de recursos, visto que não mais é necessária a chegada dos documentos físicos vindos de outros municípios baianos para a capital (sede da Agência). Ainda sobre essas linhas de crédito, foi construído um protótipo para o aplicativo de renovação de Microcrédito em *smartphones*. A expectativa é de conclusão do aplicativo nos próximos meses de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”)
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.** em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contingências - notificações judiciais

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis, onde a administração divulga informações relativas aos seguintes assuntos: (i) notificação judicial do Processo de nº 0102944-11.2018.8.06.0001, decorrente de uma ação de cobrança da vara cível da comarca de Fortaleza-CE no montante de R\$ 51.043; e (ii) notificação judicial do Processo de nº 0110544-77.1999.8.05.0001, ajuizado em 09 de dezembro de 1999, conforme sentença emitida pela justiça, e intimação de cobrança no valor de R\$ 66.198, encaminhada para a Agência em 09 de março de 2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

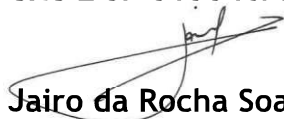
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 18 de agosto de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA



Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - BA

DESENBANHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		327.201	341.757
Disponibilidades	4	808	122
Instrumentos financeiros		319.234	293.141
-Aplicações interfinanceiras	4	190.663	178.434
-Operações de crédito	6	134.252	119.857
-Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6	(5.681)	(5.150)
Outros ativos	7	7.159	48.494
Não circulante		693.633	683.831
Realizável a Longo Prazo		652.538	642.153
Instrumentos financeiros		598.068	628.335
-Títulos e valores mobiliários	5	107.545	128.617
-Operações de crédito	6	513.346	522.514
-Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6	(22.823)	(22.796)
Outros ativos	7	54.470	13.818
Investimentos	8	124	100
Imobilizado de uso	9	49.767	49.499
Intangível	10	8.812	8.649
Depreciação e amortização acumuladas	9 e 10	(17.608)	(16.570)
Total do ativo		1.020.834	1.025.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESENBABIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Balanco patrimonial

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		91.036	90.877
Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país	11	66.509	60.668
Outros instrumentos financeiros	12	4.789	5.863
Obrigações fiscais	13	4.808	6.971
Provisões	13	8.985	7.721
Outros passivos	13	5.945	9.654
Não circulante		272.490	285.841
Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país	11	259.342	273.550
Provisões	13	8.564	7.509
Outros passivos	13	4.584	4.782
Patrimônio líquido		657.308	648.870
Capital	14	568.134	568.134
Reservas de lucros	14	89.174	80.736
Total do passivo e patrimônio líquido		1.020.834	1.025.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira	15	51.979	72.191
Operações de crédito		48.232	64.378
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.747	7.813
Despesas da intermediação financeira	15	(12.896)	(26.108)
Operações de empréstimos e repasses		(11.468)	(21.208)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(1.428)	(4.900)
Resultado bruto da intermediação financeira	15	39.083	46.083
Outras receitas/(despesas) operacionais		(24.912)	(28.976)
Receita de prestação de serviços	16	10.303	10.202
Despesa de pessoal	17	(24.713)	(26.008)
Outras despesas administrativas	17	(5.786)	(5.456)
Despesas tributárias	17	(3.328)	(3.066)
Outras receitas operacionais	16	2.663	1.021
Outras despesas operacionais	17	(4.051)	(5.669)
Resultado operacional		14.171	17.107
Resultado não operacional	18	(39)	25
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		14.132	17.132
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.063)	(1.504)
Participações estatutárias		(2.004)	(1.639)
Lucro líquido		11.065	13.989
Lucro por ação		0,00008539	0,00010795

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido	11.065	13.989
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	11.065	13.989

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESENBABIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2021		568.134	26.144	53.265	1.327		-	648.870
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-		11.065	11.065
Incorporação de JCP excedido ao resultado	14b	-	-	3.435	-		-	3.435
Realização para fins de JCP da Reserva estatutária	14b			(6.748)	-		6.748	-
Destinações:								
Reservas	14b	-	554	2.759	-		(3.313)	-
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	14c	-	-	-	-		(2.627)	(2.627)
Juros Sobre o Capital Próprio excedente ao mínimo obrigatório	14c	-	-	-	8.438		(11.873)	(3.435)
Saldos em 30 de junho de 2021		568.134	26.698	52.711	9.765		-	657.308
Mutações no semestre - 2021		-	554	(554)	8.438		-	8.438
Saldos em 1º de janeiro de 2020		511.261	24.656	33.373	7.411		-	576.701
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-		13.989	13.989
Aumento de capital	14a	56.873						56.873
Destinações:								
Reservas	14b	-	699	3.488	6.479		(10.667)	(1)
Complemento para dividendo mínimo obrigatório	14c	-	-	-	-		(222)	(222)
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	14c						(3.100)	(3.100)
Saldos em 30 de junho de 2020		568.134	25.355	36.861	13.890		-	644.240
Mutações no semestre - 2020		56.873	699	3.488	6.479		-	67.539
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.								

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações		14.132	17.132
Caixa e equivalente de caixa			
Constituição (Reversão) da provisão para desvalorização de títulos livres	15	(33)	(25)
Constituição (Reversão) da provisão para operação de crédito	15	1.429	4.900
Atualização monetária com depósitos judiciais	16	(124)	(85)
Depreciação e amortização	17	1.038	889
Constituição da provisão para perdas em processos judiciais	17	1.055	260
Constituição da provisão não operacional	18	312	312
Lucro líquido antes dos impostos ajustado		17.809	23.383
Variações patrimoniais			
Títulos e valores mobiliários		21.105	7.125
Operações de crédito		(6.098)	85.662
Outros créditos		698	(1.446)
Outros valores e bens		(227)	(208)
Obrigações por repasses		(8.367)	(105.736)
Outros passivos		(4.504)	141
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		20.416	8.921
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso		(268)	-
Aquisição de intangível		(163)	155
Caixa líquido (aplicado)/oriundo nas atividades de investimento		(431)	155
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos		(7.070)	-
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas)/atividades de financiamento		(7.070)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		12.915	9.076
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		178.556	281.836
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		191.471	290.912
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		12.915	9.076

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”), sociedade anônima de capital fechado e de economia mista, constituída em 5 de dezembro de 1966, está localizada à Rua Ivonne Silveira, nº 213, Bairro do Doron, Salvador, Bahia, Brasil, com controle acionário pertencente ao Estado da Bahia, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como a realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma agência de fomento.

Opera e administra o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, o Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, o Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP e o Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, neste último, as atividades operacionais findaram-se em abril de 2018, restando apenas valores de bloqueios judiciais, que montam R\$ 309 ocorridos em conta bancária do Fundurbano em decorrência de processos judiciais que envolvem a Desenbahia. Em virtude do Fundurbano não possuir personalidade jurídica própria, sua conta bancária está em nome do seu administrador.

Impactos da pandemia da COVID19

A Agência, diante da pandemia do novo coronavírus - COVID-19, tem adotado medidas para minimizar os impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação.

Renegociação de Créditos: inicialmente, foi concedida carência de 06 (seis) meses, sob demanda dos clientes, para pagamento das parcelas com vencimento entre abril e setembro de 2020, das operações de crédito que se encontravam adimplentes com as obrigações financeiras até 29/02/2020. Os encargos financeiros foram mantidos na forma originalmente contratada, com capitalização de juros no período de carência e alongamento do vencimento final da operação, por período igual a carência concedida, mantendo a quantidade de parcelas de amortização a vencer, dispensada a cobrança de tarifa de renegociação.

Passada a primeira fase, com a continuidade dos efeitos da pandemia, foi concedida a possibilidade de uma segunda etapa de aditivos para suspensão do pagamento das parcelas, com a retomada da amortização para janeiro/2021.

Foi autorizada também a ampliação do prazo de carência para até 12 (doze) meses nas renegociações emergenciais para operações de financiamento de Hotéis e Shopping Centers, considerando que estes empreendimentos estiveram com as atividades totalmente paralisadas e a retomada será lenta, sendo necessário um prazo maior para que seja recuperado o nível de atividade suficiente para o seu reequilíbrio financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

Devido a pandemia, no primeiro semestre de 2021 foram renegociados 18 contratos, com valor total de R\$ 704.

Novas Concessões: disponibilização de linha de crédito de capital de giro, com foco em pequenas empresas, e com condições adequadas para suprir a necessidade de giro das empresas em virtude dos efeitos da pandemia. Em 2020 foram 136 operações, com valor liberado de R\$ 14.011 nesta modalidade. No primeiro semestre de 2021 foram liberados R\$ 7.212 em 69 operações.

Em 2020, também foram realizadas operações de crédito para giro com recursos próprios e garantia do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), disponibilizado pelo BNDES, no escopo do Programa Especial de Acesso ao Crédito (PEAC). O total concedido com este instrumento foi de 56 operações, que somaram R\$ 43.025.

Foi disponibilizada linha específica direcionada para o setor de turismo, bastante atingido pela pandemia, com recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR. Entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021 foram liberados R\$ 3.760 para empresas do setor, em 34 operações.

A Agência manteve as despesas administrativas em patamares reduzidos em 2021, ao adotar medidas como a realização apenas das despesas inadiáveis, implementação de trabalhos remotos, suspensão de viagens e negociação dos contratos administrativos. Em 2020 a redução foi de 20,7%, em comparação com 2019. No primeiro semestre de 2021 houve uma oscilação positiva de 6,1% em comparação a igual período de 2020.

No primeiro semestre de 2021, a Desenhahia conseguiu aumentar em 57,8% as liberações de financiamento, em comparação a igual período de 2020. Já a despesa de provisão foi de apenas R\$ 1.428,62, com redução significativa frente ao valor de R\$ 4.900,5 realizado no primeiro semestre de 2020. Com a taxa SELIC em patamar bastante reduzido, ocorreu redução das receitas de aplicações financeiras em 52% em comparação aos seis primeiros meses de 2020, movimento que deve ser revertido com a alta gradual dos juros iniciada no segundo trimestre do ano.

Até a data da emissão dessas Demonstrações Contábeis, a Administração não identificou indícios de fatos que possam alterar significativamente as avaliações realizadas ou indicar que a Agência poderá comprometer a capacidade de manter a sua continuidade operacional tampouco às suas estimativas e julgamentos contábeis.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN").

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuradas a valor justo.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Colegiada em 18 de agosto de 2021.

3. Principais políticas contábeis

a) Moeda Funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, moeda funcional da Agência. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

b) Reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Instrumentos Financeiros

I. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As “Aplicações interfinanceiras de liquidez”, que compõem o caixa e equivalentes de caixa, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para desvalorização, quando aplicável. As operações compromissadas são registradas e ajustadas pelo seu valor de mercado.

II. Títulos e valores mobiliários

Os “Títulos e valores mobiliários” são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado e os títulos mantidos até o vencimento devem ser apresentados a valor de custo.

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

III. Operações de Crédito, Obrigações com Repasses e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As “Operações de crédito” e as “Obrigações por repasses” encontram-se registradas pelos valores de realização, estando registradas pelo valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos até a data do Balanço em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

IV. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” encontra-se constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso, classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, 5 anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão, e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Em virtude da pandemia do COVID-19, O CMN editou a Resolução nº 4.803/20, alterada pela Resolução nº CMN 4.855/20, determinando que as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 deveriam ser mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade da contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

e) Outros créditos

São demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

f) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; material em estoque que se referem a materiais de uso e consumo corrente; investimentos temporários registrados pelo custo de aquisição e retificados pela provisão para perdas; e, Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

g) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da respectiva depreciação. As depreciações das edificações são calculadas pela vida útil estimada, enquanto as depreciações dos demais itens do imobilizado de uso, devido a sua baixa materialidade e grande pulverização, são calculadas pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais, baseadas na vida útil dos bens: 20% para processamento de dados e comunicação, e 10% para os demais itens, contabilizadas em outras despesas administrativas.

h) Intangível

O intangível é composto pelos ativos não monetários sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos internamente, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são deduzidos das amortizações calculadas pela respectiva vida útil estimada.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de ativos se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e, ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Outras Obrigações

São demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do CMN, sendo:

Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja entrada de benefícios econômicos é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em conta o julgamento dos assessores jurídicos quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Esses montantes são revisados mensalmente e os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente;

Passivos contingentes: não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: Decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Tributos

As provisões para os tributos sobre o lucro e o faturamento são constituídas às alíquotas a seguir discriminadas e consideraram as bases de cálculo previstas nos dispositivos legais vigentes para cada tributo:

	(%)
Imposto de Renda - IRPJ (15% mais adicionais de 10%)	25
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (até fev/2020)	15
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (a partir de mar/2020) *	20
PIS/PASEP	0,65
COFINS	4
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5

(*) Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional 103/2019, artigo 32 e inciso I do artigo 36. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

Conforme a legislação tributária, a Agência optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa por suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Agência tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável, dessa forma as provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Os benefícios pós-emprego concedidos pela Agência correspondem apenas à complementação de auxílio saúde por um prazo pré-estabelecido.

n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício, aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Jun-21	Dez-20
Caixa		
Disponibilidades	808	122
Equivalentes de Caixa		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	190.663	178.434
	<u>191.471</u>	<u>178.556</u>

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

5. Títulos e valores mobiliários

	Jun-21	Dez-20
Renda fixa - LFT (1)	71.219	70.321
Fundo soberano (2)	36.580	58.589
Fundos de empresas emergentes (3)	2.695	2.689
	110.494	131.599
Provisão para desvalorização de títulos - LFT	(254)	(293)
Provisão para desvalorização de títulos - Outros	(2.695)	(2.689)
	107.545	128.617

- (1) Montante registrado em Letras Financeiras do Tesouro, a valor de custo, com a intenção da Administração em mantê-las até a data de vencimento, corresponde a 6.535 (6.535 em 31 de dezembro de 2020) títulos, emitidos em 1º de setembro de 2020, com vencimento em 1º de março de 2023. Os referidos títulos têm rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia (Selic). Esse montante possui uma provisão para desvalorização de R\$ 254 (293 em 31 de dezembro de 2021);
- (2) Montante corresponde a fundo de investimento aberto em renda fixa no Banco do Nordeste, registrado a valor de mercado. O fundo aberto é composto por títulos públicos federais, com baixo risco conforme Resolução CMN nº 3.757 (inciso 5, art. 3º). Por questão contratual, a Agência deve manter aplicado no Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") recursos no montante equivalente ao saldo da carteira de repasse de recursos do FNE, excetuando-se os montantes das operações passivas oriundas do Baneb (R\$ 53.616). Devido a essa condicionante, não há expectativa por parte da Administração quanto a realização do Fundo em até 12 (doze) meses. O patrimônio líquido deste fundo é de R\$ 372.061 (R\$ 390.037 em 31 de dezembro de 2020); e
- (3) O montante refere-se à aplicação em Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes administrado pelo Fundo Rio Bravo, ajustados a valor de mercado, com provisão para desvalorização em sua totalidade.

6. Operações de crédito

Carteira por atividade econômica

	Jun-21	Dez-20
Operações de crédito - Setor privado		
Empréstimos - P. Físicas/BNDES-PMC	13.235	9.690
Empréstimos - Indústria	33.936	34.103
Empréstimos - Comércio	25.044	23.575
Empréstimos - Outros Serviços	26.561	22.164
Financiamentos - Indústria	55.869	58.960
Financiamentos - Comércio	11.676	12.876
Financiamentos - Outros Serviços	82.734	87.053
Financiamentos Rurais	176.826	162.848
Financiamentos Agroindustriais	1.593	1.718
Financiamentos de Infraestrutura	20.316	20.291
	447.790	433.278
Operações de crédito - Setor público		
Financiamentos - Governo municipal	199.808	209.093
	647.598	642.371

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

Classificação por nível de risco

	Provisionamento (%)	Jun-21		Dez-20	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Carteira própria					
AA	0,00	198.291	-	211.555	-
A	0,50	162.033	(810)	153.670	(768)
B	1,00	169.668	(1.697)	157.019	(1.570)
C	3,00	78.474	(2.354)	82.272	(2.468)
D	10,00	8.756	(876)	8.216	(822)
E	30,00	10.314	(3.094)	7.333	(2.200)
F	50,00	517	(259)	2.217	(1.109)
G	70,00	435	(305)	528	(370)
H	100,00	15.277	(15.276)	14.668	(14.667)
Total carteira própria		643.765	(24.671)	637.478	(23.974)
Carteira adquirida do BANEB/FNE e BANEB/FINAME					
C	3,00	-	-	950	(29)
H	100,00	3.833	(3.833)	3.943	(3.943)
Total carteira BANE		3.833	(3.833)	4.893	(3.972)
		647.598	(28.504)	642.371	(27.946)
Circulante		134.252	(5.681)	119.857	(5.150)
Não circulante		513.346	(22.823)	522.514	(22.796)

DESENBABIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

Carteira por níveis de risco e faixa de vencimento

	Operações Vincendas	Operações Vencidas em Jun-21					Total	%
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Acima de 90 dias		
AA	198.291	-	-	-	-	-	198.291	30,62%
A	161.957	73	3	-	-	-	162.033	25,02%
B	169.324	105	93	146	-	-	169.668	26,20%
C	77.065	108	402	503	396	-	78.474	12,12%
D	8.307	7	98	111	92	141	8.756	1,35%
E	9.684	13	127	138	142	210	10.314	1,59%
F	420	9	11	20	20	37	517	0,08%
G	381	5	6	9	9	25	435	0,07%
H	17.173	34	308	69	290	1.236	19.110	2,95%
	642.602	354	1.048	996	949	1.649	647.598	100,00%
	Operações Vincendas	Operações Vencidas em Dez-20					Total	%
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Acima de 90 dias		
AA	211.484	70	1	-	-	-	211.555	32,93%
A	153.613	55	2	-	-	-	153.670	23,92%
B	156.852	-	167	-	-	-	157.019	24,44%
C	83.109	18	70	24	1	-	83.222	12,96%
D	8.006	8	48	56	64	34	8.216	1,28%
E	7.185	12	8	17	14	97	7.333	1,14%
F	1.777	13	6	12	10	399	2.217	0,35%
G	459	9	11	15	12	22	528	0,08%
H	17.088	27	37	61	70	1.328	18.611	2,90%
	639.573	212	350	185	171	1.880	642.371	100,00%

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)
Concentração da carteira de operações de crédito

	Jun-21		
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	204.632	31,60%	(2.227)
50 seguintes devedores	238.199	36,78%	(7.080)
100 seguintes maiores devedores	119.881	18,51%	(10.944)
Demais devedores	84.886	13,11%	(8.253)
	647.598	100,00%	(28.504)

	Dez-20		
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	199.948	31,13%	(1.782)
50 seguintes devedores	237.581	36,99%	(9.600)
100 seguintes maiores devedores	121.791	18,96%	(7.489)
Demais devedores	83.051	12,92%	(9.075)
	642.371	100,00%	(27.946)

Movimentação das provisões associadas ao risco de crédito:

	Jun-21	Dez-20	Jun-20
Saldo inicial	(27.946)	(30.719)	(27.585)
Contituições/reversões	(1.429)	436	(4.900)
Baixas para prejuízo	871	2.337	1.766
Saldo final	(28.504)	(27.946)	(30.719)

Durante o semestre ocorreram renegociações de operações de crédito. Vide nota explicativa nº 15.

7. Outros ativos

	Jun-21	Dez-20
Outros créditos		
Rendas a receber (1)	3.700	3.414
Adiantamentos e antecipações salariais	1.291	707
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	13	14
Devedores por depósitos em garantia	12.404	9.458
Impostos a compensar (2)	913	1.471
Pagamentos a ressarcir	1.168	1.385
Devedores diversos - país (3)	4.190	7.804
Provisão p/ outros créditos (4)	(2.316)	(2.003)
	21.363	22.250
Outros valores e bens		
Investimentos temporários	2.251	2.251
Provisão para perdas em investimentos temp.	(2.251)	(2.251)
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (5)	40.023	40.048
Provisão para ativos não financeiros mantidos para venda	(73)	(73)
Material em estoque	85	78
Despesas antecipadas	231	9
	40.266	40.062
	61.629	62.312
Circulante	7.159	48.494
Não circulante	54.470	13.818

- (1) O montante refere-se às taxas de administração e de equalização do FUNDESE no valor de R\$ 2.082(R\$ 2.154 em 31 de dezembro de 2020), do FGDP no valor de R\$ 29 (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2020), do FGAP no valor de R\$ 38 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), e de valores de aluguel de bem recebido em dação de pagamento de operação de crédito, de aluguel do espaço da cantina, e de condomínio e manutenções a serem ressarcidos por órgãos que ocupam parte do espaço físico da antiga sede, montante de R\$ 1.551 (R\$ 1.238 em 31 de dezembro de 2020);
- (2) Valores referente a ISS e IOF recolhidos a maior e em processo de compensação, e a IRPJ e CSLL recolhidos por estimativa em 2021 e respectivos saldos negativos nas apurações de 2020;

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

(3) Composição de Devedores diversos:

- i) Rebate nas taxas de juros das operações repactuadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, e ressarcidas pelo STN - Tesouro Nacional, no valor de R\$ 25 (R\$ 3.582 em 31 de dezembro de 2020);
 - ii) Valores a serem ressarcidos pelo Banco do Nordeste dos descontos concedidos aos mutuários das operações Cacau/Vassoura de Bruxa (BNB/FNE/BANEB), optantes pelo PAC do Cacau, conforme previsto nas Leis nº 11.775/08 e 12.249/10, no valor de R\$ 187 (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2020);
 - iii) Valores a serem ressarcidos em função de concessão de rebate para liquidação de operações de crédito rural, relativos aos empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, com ônus do FNE, conforme previsto na Lei nº 12.844/2013, no valor de R\$ 3.260 (R\$ 3.260 em 31 de dezembro de 2020);
 - iv) Valores a serem ressarcidos pelo BNDES em função do Programa Especial de Saneamento Agrícola - PESA no valor de R\$ 407 (R\$ 407 em 31 de dezembro de 2020);
 - v) O montante restante de R\$ 311 (R\$ 368 em 31 de dezembro de 2020) está pulverizado em pequenos ressarcimentos e em pendências a regularizar.
- (4) Provisionamentos de valores a receber sem expectativa de realização junto às Secretarias de Turismo, Administração e Infraestrutura do Estado da Bahia, à Prefeitura de Salvador, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à compradoras de fazendas recebidas em dação de pagamento e alienadas (ITR) e a rendas de aluguel de bens recebidos em dação de pagamento.
- (5) Em atendimento à Resolução CMN nº 4.747/2019 e à Carta-circular Bacen nº 3.994/2019 a denominação dos bens não de uso passaram a ser ativos não financeiros mantidos para venda. Composição:

	Jun-21	Dez-20
Terrenos	16.128	16.128
Imóveis	23.895	23.895
Obras de arte (i)	-	25
	40.023	40.048

- (i) Valor reclassificado para o grupo contábil de investimentos em atendimento à Resolução CMN nº 4.747/2019 e à Carta-circular Bacen nº 3.994/2019.

8. Investimentos

	Jun-21			Dez-20		
	Valor de Aquisição	Provisão	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Provisão	Valor Contábil
Investimentos	497	(497)	-	497	(497)	-
Obras de arte (i)	124	-	124	100	-	100
	621	(497)	124	597	(497)	100

- (i) Reclassificação de obras de artes em atendimento à Resolução CMN nº 4.747/2019 e à Carta-circular Bacen nº 3.994/2019.

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Imobilizado de uso

	Jun-21			Dez-20		
	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor Contábil
Imobilizações em curso	96	-	96	96	-	96
Instalações	1.424	(993)	431	1.424	(923)	501
Móveis e equipamentos	7.985	(5.935)	2.050	7.718	(5.606)	2.112
Imóveis de uso	40.262	(7.002)	33.260	40.261	(6.667)	33.594
	49.767	(13.930)	35.837	49.499	(13.196)	36.303

10. Intangível

	Jun-21			Dez-20		
	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Contábil
Gerados internamente	294	-	294	294	-	294
Licenças e direitos autorais e de uso	8.518	(3.678)	4.840	8.355	(3.374)	4.981
	8.812	(3.678)	5.134	8.649	(3.374)	5.275

11. Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país

Segregação por faixa de vencimento das obrigações por repasse:

	Jun-21				
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	TOTAL
BNDES	5.900	30.796	92.299	31.133	160.128
FINAME	9.025	12.539	41.951	4.269	67.784
FINEP	677	1.916	3.524	-	6.117
BNB	1.426	3.670	15.743	67.042	87.881
FUNGETUR	15	544	3.382	-	3.941
	17.043	49.465	156.899	102.444	325.851

Circulante	66.509
Não circulante	259.342

	Dez-20				
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	TOTAL
BNDES	7.478	20.645	95.500	32.839	156.462
FINAME	6.402	17.518	49.013	5.244	78.177
FINEP	682	1.987	4.798	-	7.467
BNB	1.767	4.055	16.584	66.954	89.360
FUNGETUR	-	134	2.616	2	2.752
	16.329	44.339	168.511	105.039	334.218

Circulante	60.668
Não circulante	273.550

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**12. Outros instrumentos financeiros**

A Desenbahia possui, também, um saldo de passivo financeiro no valor de R\$ 4.789 (R\$ 5.863 em 31 de dezembro de 2020) com captação junto ao Ministério do Turismo, através do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR já recebida, mas ainda não liberados como operação de crédito ativa.

13. Obrigações fiscais, provisões e outros passivos

	Jun-21	Dez-20
Obrigações fiscais correntes		
Impostos e contribuições s/ lucro a pagar	-	1.907
Impostos e contribuições a recolher	4.800	5.064
IOF a Recolher	8	-
	4.808	6.971
Provisões		
Provisão para participação nos lucros	2.003	1.973
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	6.982	5.748
Provisão para riscos processuais (2)	8.564	7.509
	17.549	15.230
Circulante	8.985	7.721
Não circulante	8.564	7.509
Outros passivos		
Remuneração de capital a pagar	2.639	7.096
Gratificações e Participações a pagar	84	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.647	1.708
Credores diversos (3)	6.159	5.632
	10.529	14.436
Circulante	5.945	9.654
Não circulante	4.584	4.782

(1) Do montante, a importância de R\$ 6.845 (R\$ 5.601 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a provisionamentos das obrigações com décimo terceiro salário, férias e encargos, e R\$ 137 (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2020) a provisões das despesas administrativas estimadas, a serem pagas no mês subsequente;

(2) Valores decorridos na nota explicativa nº 22;

(3) Deste montante:

- (i) O valor de R\$ 2.943 (R\$ 2.943 em 31 de dezembro de 2020) representa saldo de receita a ser reconhecida quando realizados os ressarcimentos pelo FNE referentes à Lei 12.844/2013;
- (ii) O valor de R\$ 749 (R\$ 428 em 31 de dezembro de 2020) corresponde a contas a pagar de despesas a vencer em período posterior;
- (iii) O valor de R\$ 1.248 (R\$ 1.459 em 31 de dezembro de 2020) corresponde a obrigações com assistência médica de empregados inativos que obtiveram este benefício por adesão aos PDV's em exercícios anteriores;
- (iv) O valor de R\$ 1.219 (R\$ 802 em 31 de dezembro de 2020) está pulverizado em lance recebido em leilão de ativos não financeiros, pequenos valores a pagar e pendências a regularizar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal após homologação pelo Banco Central do Brasil, assim distribuídas:

	Jun-21		
	Milhares de ações (qtde)	Capital social	%
Ações ordinárias	45.362.814	198.885	35
Ações preferenciais com direito a voto	22.215.496	97.400	17
Ações preferenciais sem direito a voto	62.004.722	271.849	48
	129.583.032	568.134	100

	Dez-20		
	Milhares de ações (qtde)	Capital social	%
Ações ordinárias	45.362.814	198.885	35
Ações preferenciais com direito a voto	22.215.496	97.400	17
Ações preferenciais sem direito a voto	62.004.722	271.849	48
	129.583.032	568.134	100

O acionista majoritário, o Estado da Bahia, detém 99,99% das ações ordinárias e 99,95% das ações preferenciais, totalizando assim 99,96% de participação.

Em janeiro de 2020 foi deliberado em assembleia geral extraordinária um aumento de capital de R\$ 56.873 mil, fruto de JCP constituídos nos exercícios de 2017 e 2018, cujas assembleias gerais ordinárias tinham deliberado pela manutenção desses montantes na instituição para o referido aumento (R\$ 51.968 mil), e de recursos oriundos da liquidação do Fundurbano dos exercícios de 2017 e 2018 (R\$ 4.905 mil). Esse aumento foi homologado pelo Bacen em março de 2020.

b) Reservas de lucros

Conforme disposto na Lei nº 6.404/76 e no estatuto, quando aplicável, a reserva de lucros é constituída:

- Reserva legal: 5% sobre o lucro líquido;
- Reserva estatutária - para futuro aumento de capital:
 - i. 35%, no mínimo, do lucro líquido após destinações de reserva legal e de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, e, do montante destinado ao pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio de exercícios anteriores, conforme deliberado em assembleia. Em 2021 esse montante foi de R\$ 2.759 (R\$ 3.488 em 2020).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

- ii. Juros sobre capital próprio constituído e excedido ao lucro apurado, com vistas à benefício fiscal, na forma da lei, destinado à reserva para futuro aumento de capital, conforme inciso IV art. 80 do estatuto social. Em 2021 esse montante foi de R\$ R\$ 3.435 (R\$ 0 em 2020).
- Reserva especial: valores de remuneração de capital constituídos acima dos dividendos mínimos obrigatórios que serão deliberados em assembleia. Em 2021 esse montante foi de R\$ 8.438 (R\$ 6.479 em 2020).

A reserva estatutária de lucros apresentou, também, uma realização de R\$ 6.748 (R\$ 0 em 2020) para cobrir os valores de JCP constituídos tendo como lastro a respectiva reserva, nos termos da legislação vigente.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Agência confere o direito aos acionistas a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as regras nele definidas e faculta que os juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos.

A Desenhahia calculou os juros sobre o capital próprio com base nas normas definidas pela legislação fiscal vigente, obedecendo ao seu limite, conforme demonstrado a seguir:

	Jun-21	Jun-20
Capital Social	568.134	511.261
Reservas de Lucros	80.736	65.440
Total	648.871	576.701
Base de Cálculo do JCP	648.871	576.701
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP proporcional	2,2500%	2,5075%
Limite do JCP dedutível para o período	14.600	14.461

Em 2021, foi provisionado o montante de R\$ 14.500 (R\$ 3.100 em 2020) a título de juros sobre o capital próprio. Para 2020, o valor constituído foi limitado pelo art. 2º da Resolução CMN nº 4.820 que estabeleceu vedação, por prazo determinado, considerando os potenciais efeitos da pandemia.

Os JCP declarados e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, são reconhecidos no passivo circulante na rubrica de "Sociais e Estatutárias" e, os JCP propostos e ainda não aprovados em assembleia, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".

	Jun-21	Jun-21
JCP constituído	14.500	3.100
Dividendo mínimo obrigatório	2.627	3.322
Incorporação à reserva de JCP excedido ao resultado	3.435	-
Remuneração excedida ao mínimo obrigatório à disposição	8.438	-

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Em 2020 os JCP constituído foi inferior aos dividendos mínimo obrigatório. O montante de R\$ 6.479 à disposição da assembleia destinada à reserva de lucros especiais refere-se ao lucro não destinado.

Por remunerar seus acionistas mediante juros sobre capital próprio, a Desenhahia obteve uma economia fiscal de R\$ 4.507 (R\$ 963 em 2020).

15. Resultado bruto da intermediação financeira

	Jun-21	Jun-20
Receitas da intermediação financeira		
Operações de crédito (1)	45.029	46.763
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (2)	3.202	17.615
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (3)	2.379	5.141
Rendas com TVM e instrumentos financeiros derivativos	1.336	2.647
Receita com reversão de provisões operacionais - desvalorização títulos	86	31
Despesas de provisões operacionais - desvalorização títulos	(53)	(6)
	51.979	72.191
Despesas da intermediação financeira		
Empréstimos e repasses - BNDES (4)	(6.590)	(14.821)
Empréstimos e repasses - FINAME (4)	(1.473)	(2.600)
Empréstimos e repasses - FINEP	(76)	(131)
Empréstimos e repasses - Outras Instituições oficiais	(3.328)	(3.656)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.797)	(4.900)
Reversão provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.368	-
	(12.896)	(26.108)
Resultado bruto da intermediação financeira	39.083	46.083

- (1) Em 2020 ocorreram ganhos nas recuperações de crédito no montante de R\$ 14.118 pelo recebimento dos títulos públicos que garantiam o principal das operações de crédito vinculadas ao Programa Especial de Saneamento de Ativos- PESA com vencimentos incorridos neste período. Em 2021 não houve eventos desta natureza, no que pese ter ocorrido 3 renegociações do programa PRODECER que geraram ganhos de R\$ 5.603.
- (2) Em 2020 ocorreram recuperações de crédito no montante de R\$ 16.114 pelo recebimento dos títulos públicos que garantiam o principal das operações de crédito que estão no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos- PESA e tiveram seus vencimentos incorridos neste exercício. Em 2021 não houve eventos desta natureza, no que pese ter ocorrido 3 renegociações do programa PRODECER que geraram recuperações de R\$ 1.811. As recuperações são fruto de recebimentos ou reativações por renegociações de operações baixadas em prejuízo. As renegociações, incluindo as operações ainda ativas, totalizaram R\$ 16.474 (R\$ 70.470 em 2020). Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique em alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. O montante apresentado inclui as operações com prorrogações de prazos para pagamento de prestações, em virtude da pandemia do COVID-19, as quais, em virtude Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº CMN 4.855/20. As 10 maiores renegociações representam 90% do montante apresentado.
- (3) A Desenhahia tem aplicações em operações compromissadas junto ao Banco do Brasil, cuja rentabilidade média foi de 1,2593% (1,7499% em 30 de junho de 2020).
- (4) Como planejamento de alocação de recursos, em 2020 ocorreram quitações antecipadas de obrigações com repasse do programa PESA, em função da alta de seu indexador de correção. Com essa ação, além das quitações por decurso de prazo, as carteiras BNDES e FINAME deste programa reduziram consideravelmente, incorrendo em menores despesas para os períodos posteriores.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)****16. Outras receitas operacionais**

	<u>Jun-21</u>	<u>Jun-20</u>
Receitas de prestação de serviços		
Taxa de análise	856	869
Taxa de fiscalização de obras financiadas	5	6
Tarifa substituição/exclusão de garantias	39	8
Tarifa de alteração de relatório de engenharia	3	49
Taxa com administração de fundos - Fundese	9.202	9.144
Taxa com administração de fundos - FGBP	105	121
Taxa com administração de PPP	5	5
Taxa com administração de FGAP	88	-
	<u>10.303</u>	<u>10.202</u>
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	157	130
Reversão de provisões operacionais - outras	-	162
Outras rendas operacionais (1)	2.506	729
	<u>2.663</u>	<u>1.021</u>

(1) Composição:

	<u>Jun-21</u>	<u>Jun-20</u>
Rendas de equalização - PMC (a)	989	155
Rendas de equalização - PROTAXI (a)	6	7
Atualização monetária depósitos judiciais	124	85
Equalizações recebidas de repasses	324	296
Atualização monetária de bônus PESA	920	146
Outros	143	40
	<u>2.506</u>	<u>729</u>

(a) Refere-se a equalização de custos financeiros regulamentada no Decreto nº 7.798 de 05 de maio de 2000, e alterações posteriores, pelas Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundese nº 139/2007 e 187/2012 e, estão relacionadas ao crédito concedido no Programa de Microcrédito - PMC do BNDES e na linha de crédito PROTAXI. O objetivo da equalização é a absorção da diferença dos custos financeiros entre os financiamentos.

17. Outras despesas operacionais

	<u>Jun-21</u>	<u>Jun-20</u>
Despesas de pessoal		
Honorários	(1.148)	(1.197)
Benefícios	(2.040)	(4.045)
Encargos sociais	(6.354)	(6.068)
Proventos	(15.137)	(14.400)
Treinamento	(25)	(40)
Estagiários	(9)	(258)
	<u>(24.713)</u>	<u>(26.008)</u>

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Jun-21	Jun-20
Outras despesas administrativas		
Água, energia e gás	(559)	(565)
Aluguéis	(154)	(184)
Comunicações	(66)	(90)
Manutenção e conservação de bens	(314)	(424)
Material	(45)	(52)
Processamento de dados	(601)	(642)
Promoções e relações públicas	(6)	(10)
Propaganda e publicidade	(216)	(4)
Publicações	(95)	(56)
Seguros	(11)	(19)
Serviços sistema financeiro	(207)	(194)
Serviços de terceiros	(784)	(703)
Serviços de segurança e vigilância	(518)	(505)
Serviços técnicos especializados	(552)	(589)
Transporte	(32)	(36)
Viagem no país	(16)	(40)
Outras despesas administrativas	(572)	(454)
Despesas de amortização	(303)	(222)
Despesas de depreciação	(735)	(667)
	(5.786)	(5.456)
	Jun-21	Jun-20
Despesas tributárias		
ISS	(515)	(510)
COFINS	(2.013)	(1.784)
PIS	(327)	(290)
Outras despesas tributárias	(473)	(482)
	(3.328)	(3.066)
Outras despesas operacionais		
Despesas de provisões passivas (1)	(1.055)	(260)
Despesa descontos concedidos em renegociações (2)	(2.667)	(1.494)
Despesa Obrig. p/ Fundos Financiamento e Desenvolvimento	(67)	-
Outras despesas operacionais (3)	(262)	(3.915)
	(4.051)	(5.669)

- 1) No primeiro semestre de 2021 apresentou maiores incrementos com contingências trabalhista e fiscal;
- 2) Um mutuário específico efetuou pagamento antecipado o que gerou um desconto por descapitalização de R\$ R\$ 1.612 em 2021;
- 3) No primeiro semestre de 2020 ocorreram perdas efetivas mais expressivas em processos judiciais cíveis.

18. Resultado não operacional

	Jun-21	Jun-20
Receitas não operacionais (1)	331	344
Despesas não operacionais (2)	(370)	(319)
	(39)	25

- (1) Destaca-se reconhecimento de rendas com aluguéis de um ativo não financeiro mantido para venda (recebido em dação de pagamento) no valor de R\$ 312 (R\$ 312 em 2020).

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

- (2) Destaca-se o provisionamento pelo não recebimento das rendas com aluguéis de um ativo não financeiro mantido para venda (recebido em dação de pagamento) no valor de R\$ 312 (R\$ 312 em 2020).

19. Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2021 e 2020 ocorreram as seguintes apurações:

	IRPJ	
	2021	2020
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	12.128	15.493
(+) Adições	8.503	8.494
(-) Exclusões	(17.050)	(19.741)
(=) Lucro/Prejuízo Real	3.581	4.246
(-) Compensação prejuízo fiscal	(1.074)	(1.274)
(=) Lucro/Prejuízo Fiscal	2.507	2.972
IRPJ (15%)	376	446
Adicional Federal IRPJ ((nº meses * R\$ 20 mil) * 10%)	239	285
(-) Incentivos Fiscais - PAT	(15)	(18)
(-) Incentivos Fiscais - Prorrogação da Licença Maternidade/Paternidade	(38)	(74)
	562	639

	CSLL	
	2021	2020
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	12.128	15.493
(+) Adições	8.503	8.494
(-) Exclusões	(17.050)	(19.741)
(=) Base de Cálculo/Negativa da CSLL	3.581	4.246
(-) Compensação de Base Negativa da CSLL	(1.074)	(1.273)
(=) Base de Cálculo/Negativa da CSLL	2.507	2.973
CSLL (VI * 15% 20% a partir de março de 2020)	501	865
	1.063	1.504

Além do saldo demonstrado acima, a Desenhahia possui os seguintes montantes de eventos temporários, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL:

	Jun-21			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para devedores duvidosos	118.751	2.797	(2.016)	119.532
Provisão para desvalorização de TVM	292	48	(86)	254
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	2.733	5	(1)	2.737
Provisão para contingências fiscais	215	2	-	217
Provisão para contingências trabalhistas	3.805	862	-	4.667
Provisão para contingências cíveis	3.489	50	-	3.539
Provisão para desvalorização de bens	73	-	-	73
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Provisão para Outros Créditos	2.002	312	-	2.314
Provisão participações empregados	-	1.960	-	1.960
Provisão participações administradores (apenas para CSLL)	-	43	-	43
Recuperação crédito baixado para prejuízo tributação pelo efeito caixa	(40.503)	-	-	(40.503)
Rendas de operações de crédito a apropriar	83.300	1.529	-	84.829
Depreciação/amortização diferidas	(2.744)	-	(448)	(3.192)
Total diferenças temporárias	174.161	7.608	(2.551)	179.218
Prejuízo fiscal	196.960	(1.074)	-	195.886
Base negativa da CSLL	196.113	(1.074)	-	195.039

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Jun-20			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Realização	
Provisão para devedores duvidosos	132.623	4.900	(15.996)	121.527
Provisão para desvalorização de TVM	40	-	(29)	11
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	2.704	6	(1)	2.709
Provisão para contingências fiscais	209	4	-	213
Provisão para contingências trabalhistas	3.377	208	-	3.585
Provisão para contingências cíveis	3.109	48	(164)	2.993
Provisão para desvalorização de bens	73	-	-	73
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Provisão para Outros Créditos	1.377	312	-	1.689
Recuperação crédito baixado para prejuízo tributação pelo efeito caixa	(40.503)	-	-	(40.503)
Rendas de operações de crédito a apropriar	81.240	1.241	-	82.481
Depreciação/amortização diferidas	(1.849)	-	(451)	(2.300)
Total diferenças temporárias	185.148	6.719	(16.641)	175.226
Prejuízo fiscal	203.182	(4.246)	-	198.936
Base negativa da CSLL	202.300	(4.245)	-	198.055

A Desenhbahia apresentou resultado tributável em pelo menos três dos últimos cinco anos sendo o resultado do exercício de 2020, significativamente impactado pelo efeito PESA (vide Nota Explicativa nº 15). Contudo, de acordo com as projeções efetuadas para os próximos 10 anos, os resultados fiscais previstos não habilitam o registro dos créditos tributários e dos impostos diferidos, uma vez que não atendem à exigência estabelecida na Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020. As expectativas das projeções fiscais sofrem impacto significativo devido instituto do JCP, conforme limite legal permitido, para fins de benefício fiscal.

DESENBABIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

20. Resultados recorrentes/não recorrentes

	Jun/21			Jun/20		
	Recorrente	Não recorrente	Total	Recorrente	Não recorrente	Total
Receitas da intermediação financeira	51.979	-	51.979	72.191	-	72.191
Despesas da intermediação financeira	(12.896)	-	(12.896)	(26.108)	-	(26.108)
Resultado bruto da intermediação financeira (1)	39.083	-	39.083	46.083	-	46.083
Outras receitas (despesas) operacionais	(24.912)	-	(24.912)	(28.976)	-	(28.976)
Resultado operacional	14.171	-	14.171	17.107	-	17.107
Resultado não operacional (2)	(1)	(38)	(39)	(3)	28	25
Resultado antes da tributação s/ o lucro e participações	14.170	(38)	14.132	17.104	28	17.132
Imposto de renda e contribuição social (3)	(1.071)	8	(1.063)	(1.496)	(8)	(1.504)
Participações estatutárias	(2.004)	-	2.004	(1.639)	-	(1.639)
Lucro líquido	11.095	(30)	11.065	13.969	20	13.989

- (1) O primeiro semestre de 2020 apresentou resultado recorrente mais expressivo devido maiores fluxos de recuperações de crédito (programa PESA, vide nota explicativa n° 15).
- (2) **Resultado não recorrente:** Receitas de aluguéis de ativo não financeiro mantido para venda no valor de R\$ 312 (R\$ 312 em junho de 2020), provisionamento das receitas com aluguel de ativo não financeiro mantido para venda no valor de R\$ 312 (R\$ 312 em junho de 2020), rendas com aluguel de espaço do refeitório da sede no valor de R\$ 5 (R\$ 5 em junho de 2020), multas no valor de R\$ 57 (R\$ 3 em junho de 2020), dividendos de acionistas minoritários não reclamados no valor de R\$ 14 (R\$ 16 em junho de 2020) e indenização por danos elétricos (apenas em 30 de junho de 2020 de R\$ 10).
- (3) Impacto dos eventos não recorrentes na tributação sobre o lucro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

21. Partes relacionadas

A Desenbahia possui as seguintes partes relacionadas:

- Governo do Estado da Bahia: Acionista majoritário;
- Diretoria Colegiada, Conselho de Administração e Conselho Fiscal: Pessoal-chave da Administração;
- FUNDESE: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas, segundo critérios estabelecidos nas Leis Estaduais nº 6.445, de 7 de dezembro de 1992 e 7.599, de 7 de fevereiro de 2000, não cabendo ônus algum no caso de eventual inadimplência. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2021 montam R\$ 694.457 (R\$ 683.575 em 31 de dezembro de 2020), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação;
- FUNDURBANO: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, que se encontra em liquidação. A Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção do Fundurbano, determina no seu art. 1º que os recursos provenientes do retorno das aplicações do Fundo, sob a forma de amortização do principal, atualização monetária, juros, multas, comissões e resgates de aplicações no mercado financeiro serão destinados à realização de aporte de capital na Desenbahia. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2021 montam R\$ 314 (R\$ 314 em 31 de dezembro de 2020), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. As operações de crédito do fundo foram liquidadas em maio de 2018, restando apenas a regularização de valores bloqueados judicialmente para que o fundo seja liquidado na íntegra;
- FGBP: A Agência é gestora do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2021 montam R\$ 344.417 (R\$ 341.108 em 31 de dezembro de 2020); e
- FGAP: A Agência é gestora do Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento do aporte de recursos de que trata do parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, assumido pelo parceiro público estadual no contrato de Parcerias Público-Privadas na modalidade concessão patrocinada para a execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2021 montam R\$ 252.435 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

Transações mantidas pela Desenhbahia com essas partes relacionadas:

	Saldos a Receber (Pagar) - Ativo (Passivo)	
	Jun/21	Dez/20
Taxa de administração - Fundese	1.519	1.538
Rendas de equalização - Fundese	563	615
Taxa de administração - Fundurbano	-	-
Taxa de administração - FGBP	29	22
Taxa de administração - FGAP	38	-
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	40	40
Ressarcimento despesas - Secretaria de Administração	162	162
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(14.511)	(7.096)
Remuneração diretoria colegiada	(96)	(44)
Remuneração conselho de administração	-	-
Remuneração conselho fiscal	-	-
	(12.257)	(4.763)

	Receitas (Despesas) incorridas no período	
	Jun/21	Jun/20
Taxa de administração - Fundese	9.202	9.144
Rendas de equalização - Fundese	995	161
Taxa de administração - FGBP	105	121
Taxa de administração - FGAP	88	-
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(14.500)	(3.100)
Remuneração diretoria colegiada	(896)	(1.134)
Remuneração conselho de administração	(209)	(189)
Remuneração conselho fiscal	(101)	(66)
	(5.316)	4.937

22. Provisão para riscos processuais

De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados como provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	Dez-20	Adições	Atualização	Baixas	Jun-21
Trabalhistas	3.805	608	253	-	4.666
Cíveis	3.489	5	45	-	3.539
Fiscais	215	141	3	-	359
Total	7.509	754	301	-	8.564

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	Dez-20	Adições	Atualização	Baixas	Jun-21
Trabalhistas	694	37	44	-	775
Cíveis	53.083	200	826	-	54.109
Fiscais	611	2.344	51	(545)	7.189
Total	54.388	2.581	921	(545)	62.073

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Processo nº 0102944-11.2018.8.06.0001

Em janeiro de 2018, a Agência recebeu uma notificação de ação de cobrança nº 0102944-11.2018.8.06.0001 da vara cível da comarca de Fortaleza-CE no montante de R\$ 51.043, ação movida por órgão repassador de recursos para operações de crédito. É alegada a impossibilidade de a Desenhahia aderir aos benefícios legais previstos na Lei federal nº 13.340/2016. Houve apresentação de defesa pela Desenhahia e réplica pela parte autora. O feito encontra-se concluso para proferimento de sentença. A Administração da Agência e sua assessoria jurídica não espera incorrer em perdas excedentes ao que reconhece como obrigação presente de R\$ 52.616, referente às operações de repasse.

Processo nº 0110544-77.1999.8.05.0001

Em março de 2018, houve um ingresso de pedido de cumprimento de sentença referente ao Processo Judicial nº 0110544-77.1999.8.05.0001, postulando que a Desenhahia pagasse o valor de R\$ 66.198, do processo ora referido. Esse processo deriva de ação de execução de título executivo extrajudicial, em função de inadimplemento de operação de crédito. No que pese essa ação de execução ter ocorrida em seu curso normal, a devedora manejou ação de embargos à execução arguindo a nulidade dos encargos financeiros desta operação de crédito, buscando revisar os títulos, reconhecer a quitação da operação com pagamentos já efetuados e devolução de eventuais valores pagos a maior.

Em julho de 2018, a Agência incorreu em uma perda com os honorários sucumbenciais de R\$ 13.699, com provisionamento anterior ao citado cumprimento de sentença. Posteriormente, foi apresentado outro cumprimento de sentença, sem que o anterior tivesse sido julgado, no valor de R\$ 22.388. A Desenhahia ajuizou embargos de declaração, ainda não julgados, alegando que não poderia ser apresentado novo cumprimento de sentença quando há um anterior pendente de julgamento. A Desenhahia não entende como devido o valor reconhecido no primeiro despacho saneador no montante de R\$ 4.803, tendo em vista as alegações de prescrição e iliquidez do título, nem concorda com sua forma de atualização. A matéria ainda não teve seu julgamento esgotado, já que ainda está pendente Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). Neste recurso, se discute a inviabilidade do cumprimento de sentença ante a iliquidez do título judicial, já que há uma determinação expressa do juízo de primeiro grau para realização de perícia contábil para apuração do *quantum*. Discute-se também o cálculo da mora, o que influenciará na perícia a ser realizada. Em 30 de junho de 2021, baseado na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração não constituiu provisão para perdas em relação ao citado Processo Judicial, já que este foi classificado com prognóstico de perda possível.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Processo nº 37.252.720-5

Em dezembro de 2020, o processo fiscal 37.252.720-5 foi classificado com prognóstico de perda possível e reconhecido como obrigação legal, no valor de R\$ 2.924, conforme termo de perempção nº 0.481/2020 lavrado pela Receita Federal do Brasil, determinando constituição do crédito para cobrança relativo a incidência previdenciária sobre participações no lucro. A Desenhahia tomou as medidas cabíveis na esfera judicial (processo 1000406-95.2021.4.01.3300) para suspender a exigibilidade deste crédito e continuar discutindo o mesmo

Em alguns destes processos, a Desenhahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a Lei. Demonstramos a seguir o comportamento desses valores no semestre findo em 30 de junho de 2021, que se encontram registrados na rubrica “Outros créditos” (nota explicativa nº 7):

Natureza	Dez-20	(+) Depósitos efetuados	(+) Atualização monetária	(-) Depósitos levantados	Jun-21
Trabalhistas	2.437	-	22	-	2.459
Cíveis	2.084	257	9	(364)	1.986
Fiscais	4.937	2.929	93	-	7.959
Total	9.458	3.186	124	(364)	12.404

23. Benefícios a empregados**a) Benefícios de curto prazo a empregados**

São compostos notadamente pelas despesas de pessoal. Detalhes sobre estas despesas de benefícios a empregados, encontram-se na nota explicativa nº 16.

b) Planos de contribuição definida

A Desenhahia é participante de um plano de previdência complementar na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), constituído com a finalidade de garantir reservas financeiras complementares à da previdência social oficial para seus colaboradores, como patrocinador de um plano aberto gerenciado pelo Bradesco Vida e Previdência, não incorrendo, desta forma, em nenhum risco para a Agência.

Esse Plano é constituído pela acumulação de recursos financeiros obtidos através de contribuições efetuadas pela Desenhahia e pelos participantes inscritos de acordo com parâmetros de elegibilidade estabelecida no regulamento básico do plano.

As contribuições da Desenhahia são limitadas a 12% do total da folha de pagamento de pessoal em cada ano e estão sendo integralizadas desde o mês de janeiro de 2000, obedecendo aos seguintes limites:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

- **De janeiro de 2000 até dezembro de 2004:** até 12% da remuneração do participante;
- **A partir de janeiro de 2005:** até 10% da remuneração do participante.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, as contribuições da Desenbahia para esse plano totalizaram o montante de R\$ 932 (R\$ 928 em 2020).

Não existe passivo futuro assumido.

24. Seguros

Em 30 de junho de 2021, a Agência possui apólice de seguro contra incêndio, raio, explosão e danos materiais em geral, para os bens do ativo imobilizado, num montante de R\$ 38.561 (R\$ 38.561 em 31 de dezembro de 2020), considerado suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Com relação às operações de crédito, é política da Desenbahia solicitar aos mutuários que contratem cobertura de seguros para os bens que são oferecidos em garantia dessas operações.

25. Gerenciamento de riscos e Análise de Sensibilidade

A Desenbahia adota um modelo de gestão integrada dos riscos a que está exposta, tendo como referência a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central. Além do conjunto de normas publicadas por este Conselho, dão suporte à Gestão de Riscos as políticas internas que definem sua estrutura e os procedimentos adotados.

O Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos a que a instituição está exposta. Considera-se como mais relevantes na gestão os riscos de crédito, concentração, de liquidez, operacional e de mercado, além da gestão de capital.

Desde 2017, quando da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557, a Desenbahia alterou de forma significativa sua estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, estando desde então de forma integrada, sendo refletido nas políticas, diretrizes e rotinas, assim como estrutura de governança corporativa.

25.1. Risco de crédito

A gestão do risco de crédito da Desenbahia visa avaliar, acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito, através da aplicação de metodologias compatíveis com as melhores práticas de mercado, utilizando modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição a risco de crédito, bem como estabelecendo uma política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da governança corporativa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os modelos adotados pela Agência acompanham as disposições contidas nas Resoluções CMN nº 4.557/17 e nº 2.682/99 e asseguram que o risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado, e acompanhado através dos cálculos da taxa de inadimplência, dos índices de provisão e de concentração por porte, grupo econômico, setor de atividade, rating e localização geográfica. Os resultados obtidos na análise de risco da carteira subsidiam a tomada de decisão no sentido de transferir ou direcionar recursos para os projetos que apresentem a melhor relação entre aderência e rentabilidade, com o objetivo de aperfeiçoar a carteira. No primeiro semestre de 2021, o índice de inadimplência da carteira foi de 2,08%, patamar inferior ao observado no primeiro semestre de 2020, que foi de 2,40%, ou seja, uma redução percentual de cerca de 13,3%.

As parcelas referentes às exposições ao risco de crédito, pelo fator de ponderação de risco a elas atribuído estão refletidas no valor das suas exposições pelo fator de risco - RWA_{CPAD} .

25.2. Risco operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A metodologia adotada reflete o contínuo aprimoramento da gestão de riscos e controles internos da Agência e procura assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades sejam identificados, avaliados e controlados, bem como mantidos nos níveis e limites aceitáveis, definidos pela alta Administração;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- As recomendações sejam devidamente implementadas com o objetivo de minimizar o risco operacional de os procedimentos estarem em não-conformidade com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a multas e/ou sanções de órgãos reguladores;
- Os objetivos estratégicos da Agência sejam atendidos, bem como os critérios regulamentares vigentes.

A Desenhbahia, em função de sua estrutura, tamanho e grau de exposição aos riscos, adota a abordagem do indicador básico para cálculo de alocação de capital referente a risco operacional - RWA_{OPAD} .

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

25.2.1. Análise de sensibilidade

De acordo com o art.17º da Circular nº 3959/19, a Desenhahia realizou análise de sensibilidade através da aplicação de três cenários em linha com suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em seus principais ativos e passivos, sujeitos às oscilações importantes e respectivos impactos no resultado líquido da instituição:

- **Otimista:** consideramos uma elevação de 5% na concessão de financiamento, melhoria na qualidade do crédito em 5% (PCLD menor), aumento de 1,5 pontos percentuais na taxa média que remunera os rendimentos de TVM em relação ao cenário base, 5% de redução na despesa com contingências e 5% de aumento com recebimento com taxas de administração de fundos.
- **Pessimista:** consideramos uma redução de 5% na concessão de financiamento, deterioração na qualidade do crédito em 5% (PCLD maior), 5% de aumento nas despesas com contingências e 5% de redução com recebimento com taxas de administração de fundos.
- **Pessimista+:** consideramos uma redução de 10% na concessão de financiamento, deterioração na qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), 10% de aumento nas despesas com contingências e 10% de redução com recebimento com taxas de administração de fundos.

O impacto da oscilação de cada rubrica no lucro líquido previsto para o exercício, em cada cenário previsto, está evidenciado na tabela abaixo:

	Efeito no lucro líquido		
	Otimista	Pessimista	Pessimista +
Rendimento TVM	+ 2.732		
Concessão de Crédito	+ 364	- 18	- 400
Despesa com PDD	+ 545	- 545	- 1.090
Despesa com Contingência	+ 319	- 319	- 638
Receb. de taxas com adm de fundos	+ 734	- 734	- 1.469

Obs.: Lucro líquido previsto no cenário base: R\$ 2.101 mil.

25.3. Risco de mercado

O risco de mercado decorre da probabilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento do risco de mercado da Desenhahia tem por objetivo auxiliar a Agência na definição de estratégias de atuação para a otimização de resultados e apresentação das posições mantidas pela Agência, bem como no estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A Desenhahia adota o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco - VaR, como metodologia utilizada para quantificação da exposição a risco de mercado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**

O cálculo RBAN é exigido para exposições sujeitas ao risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking), seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.365/07.

A perda máxima esperada em um dia, sob condições normais de mercado, por volatilidade nas taxas de juros, pré e pós-fixadas, no primeiro semestre de 2021 ficou em R\$ 2,1 milhões, corresponde a 0,33% do patrimônio de referência (R\$ 652,2 milhões) da Agência abaixo do limite estabelecido pela Agência, de 5%.

O cálculo realizado é exigido para exposições sujeitas ao risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking), seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.365/2007.

Como a Agência não dispõe de operações classificadas na carteira de negociação, não está submetida ao cálculo das parcelas RWAJUR, RWACOM, RWACAM e RWAACS.

25.4. Risco de liquidez

A Desenhahia dispõe de política de gerenciamento de liquidez adotada com base na Resolução CMN nº 4.557/17. O risco de liquidez da Agência decorre da possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A estratégia adotada pela Agência para o gerenciamento do risco de liquidez é composta dos seguintes pontos:

- Controle das disponibilidades e monitoramento das previsões de entradas e saídas de recursos, de modo a antecipar potenciais necessidades de caixa;
- Manutenção da Reserva de Liquidez, constituída de Reserva Obrigatória e Reserva Contingencial.

25.5. Risco socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) implantada na Desenhahia, em consonância com a Resolução CMN nº 4.327/14, determina o desenvolvimento de um Sistema de Gerenciamento de Risco Socioambiental (SARAS). Em 2018, a Desenhahia iniciou a operacionalização da matriz socioambiental que classifica o grau de risco socioambiental das operações de crédito, tendo verificado no primeiro semestre de 2021 que a grande maioria dos financiamentos é de baixo risco socioambiental.

O módulo para Gerenciamento do Risco Socioambiental (SARAS) atende à Resolução CMN nº 4.327/14 do BACEN e à Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como a Resolução CMN nº 4.557/17.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)**25.6. Gerenciamento de capital**

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Desenhahia definiu sua política de gerenciamento de capital com o objetivo de monitorar e controlar o capital da Agência para mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Instituição, além de atender aos critérios regulamentares vigentes.

Para avaliação e monitoramento do capital foram adotadas como medidas o Patrimônio de Referência (PR) que corresponde ao capital à disposição da Agência e as parcelas dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), representado pelo montante de capital necessário à cobertura das suas necessidades para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer frente aos riscos incorridos seja em situações normais ou em condições extremas de mercado.

Dentro do contexto, é avaliada a adequação da estrutura de capital às necessidades da Agência e aos limites exigidos pelo BACEN, cujas apurações têm como base as Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), conforme demonstrado a seguir:

	Jun-21	Jun-20
Parcela RWA OPAD	194.450	212.699
Parcela RWA CPAD	514.064	470.830
Ativos ponderados pelo risco - RWA	708.514	683.529
Patrimônio de referência nível I - PR_I	652.174	639.075
Capital principal	652.174	639.075
Capital complementar	-	-
Patrimônio de referência nível II - PR_II	-	-
Patrimônio de referência - PR	652.174	639.075
Excesso de recursos aplicados no permanente	-	-
Patrimônio de referência para limite de compatibilização (b)	652.174	639.075
Capital destacado para operações setor público (c)	300.000	300.000
PR para comparação com o RWA (d = b-c)	352.174	339.075
Parcela RBAN (e)	2.155	10.557
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA (f)	58.836	65.239
Margem / Insuficiência (g = d-f)	293.338	273.836
Índice de Basileia: PR/RWA	49,71%	49,61%

26. Outros Assuntos

1) Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Em abril de 2017, foi expedida Resolução nº 028/2017 do TCE, que declarou a ilegalidade do Contrato de Concessão nº 002/2010, firmado para a construção e operação da Arena Fonte Nova, determinando, dentre outros pontos, que o Estado da Bahia e a Fonte Nova Participações apresentassem, de modo conjunto e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação, estudo visando à reavaliação e readequação econômico-financeira do contrato de concessão, com nova definição da matriz de risco do contrato.

Foram interpostos recursos contra esta decisão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, requerendo a revisão de suas determinações. Até a conclusão dos julgamentos destes recursos, não se pode considerar definitiva a decisão do órgão de controle e nem tampouco ser exigida a apresentação do estudo mencionado na resolução, devendo o prazo de 120 dias ser contado a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa.

Vale esclarecer que a Desenhahia atua como interveniente no referido contrato de PPP e sua participação ocorre apenas no mecanismo de pagamento da contraprestação pública, previsto na Lei Estadual nº 11.447/2009, cuja finalidade é assegurar às concessionárias signatárias de contratos de PPP o integral, pontual e fiel adimplemento das obrigações contraídas pelo Poder Concedente, o Estado da Bahia. Saliente-se que o gerenciamento e a movimentação dos recursos são feitos exclusivamente pelo Banco do Brasil, na qualidade de Agente de Pagamento. A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia informa mensalmente à Desenhahia o valor da contraprestação devida nos termos de cada contrato de PPP. A Desenhahia então repassa as informações ao Banco do Brasil, que por sua vez providencia o pagamento de cada concessionário.

Sendo assim, considerando a limitação da posição contratual da Desenhahia, as determinações constantes da Resolução nº 028/2017 do TCE não tem o condão de causar qualquer impacto no patrimônio desta Agência, não recaindo sobre ela quaisquer responsabilidades ou eventuais sanções, tanto que não há qualquer recomendação da Corte de Contas para a Desenhahia.

27. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento destas demonstrações contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

João Batista Aslan Ribeiro

Conselheiros

Francisco Alfredo M. de Sousa Miranda

Frederico Matos de Oliveira

José Luiz Santos Souza

Patrícia Ferreira Nascimento

Paulo de Oliveira Costa

Sergio Dourado Gaspar

DIRETORIA

Presidente

Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda

Diretor de Desenvolvimento e Negócios

Agenor Martinelli Braga

Diretor de Operações

Paulo de Oliveira Costa

Marcelo Borges Weckerle

Gerente Financeiro

Antônio Vinícius de Santana Tôres

Contador - CRC-Ba 24.277/O-0

Relatório 1º SEMESTRE/2021 do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)

SUMÁRIO

•	INFORMAÇÕES GERAIS.....	1
•	ATIVIDADES REALIZADAS.....	2
•	REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CAE.....	2.1
•	REUNIÕES PRESENCIAIS COM A DIRETORIA.....	2.2
•	REUNIÃO COM A AUDITORIA EXTERNA(BDO).....	2.3
•	REUNIÕES AUDITORIA INTERNA E RELATÓRIOS APRECIADOS.....	2.4
•	GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS, CONFORMIDADE OUVIDORIA.....	2.5
•	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	3
	ANEXO 1 – REUNIÕES DO CAE E PARTICIPANTES.....	4
	ANEXO 2 – PAUTA DE REUNIÕES.....	5



1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., atua como órgão estatutário de assessoramento, consultivo e de acompanhamento das atividades, visando a garantia da qualidade do controle interno da Agência.

O CAE é composto por membros, eleitos pelo Conselho de Administração (CAD). E suas atribuições encontram-se formalizadas no Estatuto Social da Desenhahia, em consonância com as disposições previstas na Lei nº 13.303/2016 e a Resolução CMN nº 3198/2004.

Compete ao Comitê, entre outras atribuições, recomendar à administração a contratação e substituição da empresa de auditoria externa, caso considere necessário; revisar, previamente a publicação das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; avaliar o cumprimento, pela administração da Desenhahia, das recomendações feitas pelos auditores independente e interno; e avaliar e monitorar a exposição de riscos da empresa; monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas da Desenhahia.

As reuniões ordinárias do Comitê ocorreram conforme o planejamento aprovado na reunião do dia 28 de janeiro de 2021, com registro na Ata 01, de mesma data. Além de reuniões ordinárias com a Diretoria, Auditor Externo, Auditor Interno, Gerência de Compliance e Risco (GCR), Gerência Jurídica e Gerência de Finanças/ UCN.

A Auditoria Interna emitiu o Relatório de Auditoria/ 2020, resultante da aplicação de Projetos Regulares de Auditoria(PRA), de 31/12/2020. E, posteriormente, o PRA 13/2020 e o PRA 02/2021, em maio/2021.

O CAE dispôs, ainda, de informações fornecidas pela Ouvidoria da Agência, mediante Relatório do Diretor Responsável/2020, visando avaliar a sua efetividade.

A empresa BDO RCS Auditores Independentes SS examinou as demonstrações financeiras da Desenhahia, conforme Relatório com data base de 31 de dezembro de 2020, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, bem como as correspondentes notas explicativas. Além disso, emitiu, em 29 de abril de 2021, os seguintes relatórios: Relatório Circunstanciado de Revisão sobre o Sistema de Controles e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares, com data base de 31/12/2020, e o Relatório de Revisão dos Critérios Adotados para a Classificação das Operações de Crédito por Níveis de Risco e para Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), com data de 31/12/2020.



2. ATIVIDADES REALIZADAS

O CAE optou pela realização de suas reuniões por meio de videoconferências, como também com a BDO RCS Auditores Independentes SS, considerando o risco de contaminação proporcionado pela Covid-19, ainda no 1º semestre/2021. Além dessas reuniões, foram realizadas duas reuniões presenciais com a Diretoria(DCO), contando com a participação da Auditoria Interna e dos executivos da Gerência de Compliance e Riscos(GCR), da Gerência Jurídica (GJUR) e do Chefe da UCN/GFI.

Nessas reuniões, foram abordados, em especial, assuntos relacionados ao sistema de governança corporativa, auditoria externa e interna, gerenciamento de riscos, controles internos, conformidade, gestão financeira, controladoria, contabilidade e ouvidoria. As ações específicas estão descritas abaixo. As situações que ensejaram a necessidade de ações de melhoria foram objeto de indicações aos responsáveis.

2.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CAE

- Discussão e validação da Nota Técnica sobre Crédito Tributário/2020, cujo resultado foi a aprovação por unanimidade, considerando que o estudo técnico apresentado está de acordo com as normas previstas na Circular BACEN Nº 3.171, conforme Ata 01 CAE 2021, de 28 de janeiro de 2021. Não houve necessidade da Apreciação a ser enviada à UCN/GFI.
- Conclusão dos apontamentos sobre o Relatório Anual /2020 do CAE e aprovação do planejamento das atividades para 2021, conforme Ata 01 CAE, de 28 de janeiro de 2021. Sobre a consulta à Gerência Jurídica, constante da referida Ata, o assunto foi abordado na reunião com a DCO, no dia 11 de março de 2021, conforme Ata 03/2021 CAE.
- Apreciação do Relatório das Demonstrações Contábeis da Auditor Independente (BDO), ficou acordado entre os membros que as recomendações e conclusões constariam do Relatório Anual/2020 do CAE, conforme Ata 02 CAE 2021, de 22 de fevereiro de 2021, o que foi realmente foi formalizado.
- Aprovação, por unanimidade, do Relatório Anual/2020 do CAE, conforme Ata 02 CAE 2021, de 22 de fevereiro de 2021.
- Avaliação e aprovação do Relatório Anual do CAE, referente ao exercício de 2020, conforme Ata 02 CAE 2021.
- Necessidade de avaliação, do Novo Estatuto Social da Desenhbahia, levando-se em consideração as sugestões apresentadas pelo CAE, conforme Ata 02 CAE 2021. Assunto posteriormente tratado na reunião com a DCO no dia 11 de março de 2021, Ata 03 CAE.



- Apreciação da Nova Resolução do BACEN sobre Auditoria Interna, de 23 de dezembro de 2020, não sendo observada nenhuma alteração na política de remuneração, consoante o Manual de Auditoria Interna da Desenhahia, havendo concordância para a inclusão do Item-Independência, Seção III, Art. 10, no referido Manual, conforme consta da Ata 02 CAE 2021, de 22 de fevereiro de 2021.
- Continuidade da avaliação do Relatório Anual da Auditoria Interna/2020, em reunião no dia 29/04/2021, com prazo de encerramento estabelecido para 07 de maio de 2021, conforme Ata 05/ CAE 2021.
- Reunião final de avaliação do Relatório Anual da Auditoria Interna/2020, cujas observações e recomendações constam da Ata 06, de 05 de maio de 2021.
- Apreciação, na reunião do dia 04 de junho, Ata 07/2021, sobre a Resolução CMN Nº 4.910, de 27 de maio de 2021, que revoga a Resolução Nº 3.198, de 27 de maio de 2004, dentre outras, a partir de 1º de janeiro de 2022, com reflexos, em alguns pontos, sobre o Novo Estatuto Social da Desenhahia.
- Apreciação, na reunião do dia 04 de junho, Ata 07/2021, do PRA 13/2020 e do PRA 02/2021, da Auditoria Interna, onde ficou acordado acompanhar o andamento dos Planos de Ação dos entes envolvidos.
- Apreciação, na reunião do dia 04 de junho, Ata 07/2021, sobre a desconformidade realizada e seus resultados para as operações da Desenhahia com o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e Fundo Garantidor de Investimentos (PEAC-FGI), citada no Ofício Nº 8694/2021-BCB/DESUC, que trata de solicitação de trabalho específico da Auditoria Interna, com prazo de entrega do Relatório à Gerência Técnica do DESUC até 30/09/2021. Quanto ao Ofício Nº 8641/2021-BCB/DESUC, que trata dos Programas de Crédito Governamentais-indícios de descumprimento normativos, a Desenhahia procedeu uma consulta àquela Instituição sobre a contagem de prazos. Ficou acordado entre os membros do Comitê o aguardo das conclusões desses apontamentos. **O CAE, no presente Relatório, retifica, no Item 3 da Ata 07/2021, o Nº do Ofício 8641/2021 para o Nº 8694/2021, no que concerne à auditoria sobre o PEAC-FGI.**
- Avaliação, na reunião do dia 22 de junho de 2021, Ata 08/2021, do Relatório Circunstanciado de Revisão do Auditor Independente (BDO) sobre o Sistema de Controles e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares – De 31 de dezembro de 2020. Neste Relatório, o CAE observou a constatação de apontamentos recorrentes, os quais deverão permanecer como itens de controle. Os demais foram acatados ou cabíveis de providências, segundo os planos de ação dos entes



envolvidos, cabendo consultas e recomendações para a revisão de procedimentos internos.

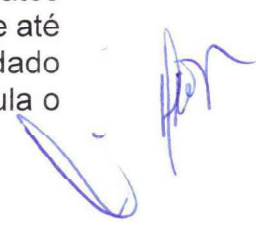
- Avaliação, na reunião do dia 22 de junho de 2021, Ata 08/2021, do Relatório do Auditor Independente (BDO) de Revisão dos Critérios Adotados para a Classificação das Operações de Crédito por Níveis de Risco e para Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)- De 31 de dezembro de 2020. Neste Relatório, o CAE considerou que as constatações, dos itens 4 e 7, do Anexo B, já estavam incluídos nos apontamentos da consulta a ser realizada à UCN/GFI, em 23 junho de 2021. Os demais apontamentos foram considerados sem alteração.
- Avaliação, na reunião do dia 22 de junho de 2021, Ata 08/2021, do Relatório de Ouvidoria de 31 de dezembro de 2020. O CAE, por unanimidade, considerou que o Relatório não indica fatos que comprometam a Agência.

2.2. REUNIÕES PRESENCIAIS COM A DIRETORIA

2.2.1. Apreciação do Novo Estatuto Social, na reunião presencial realizada, em 11 de março de 2021, Ata 03/2021, motivada pela necessidade de esclarecimentos sobre o que estabelece a Resolução Nº 3.198/BACEN, de 27 de maio de 2004, diante da Lei Nº 13. 303, de 30 de junho de 2016, considerando as sugestões apresentadas pelo CAE. Os participantes da reunião (Diretor-Presidente, membros do CAE, Gerência de Compliance e Riscos, Gerência Jurídica e Auditor Interno), após considerações sobre a demanda, concordaram que fosse providenciado pela Gerência Jurídica uma consulta formal ao BACEN.

2.2.2. Reunião presencial realizada em 28 de junho de 2021, e não 28 de julho de 2021,retificando-se, portanto, a data da Ata 09/2021,tendo como participantes: Sr. Francisco Miranda-Diretor-Presidente, Sr. Agenor Barreto- Diretor de Desenvolvimento de Negócios(DDN) e os membros do CAE, Sr. Gerardo Viana, Sr. Mario Rabelo e Sr. Vitor Lopes. Como convidados estavam presentes a Sra. Danielle Paiva (GCR), o Sr. Bruno Bonfim (Auditor Interno) e o Sr. Antônio Vinícius(UCN/GFI), ocorrendo a abordagem da seguinte pauta:

- Sobre a **Diretoria de Administração e Finanças** (aspectos a considerar), foi levantada, por um membro do CAE, a necessidade da nomeação de um Diretor para esse cargo, considerando o direcionamento das demandas do Comitê a um Diretor específico, evitando-se a dispersão entre as gerências. O Sr. Diretor-Presidente, Francisco Miranda, informou que a indicação dos candidatos para ocupação do cargo de Diretor é realizada pelo acionista majoritário, que até o momento não informou candidato para a vaga. De modo que ficou acordado que as demandas serão encaminhadas para a Presidência que hoje acumula o cargo de Diretor de Administração .



- Sobre os **Planos de Ação das Gerências**, um membro do CAE solicitou esclarecimentos sobre como é realizado o acompanhamento dos planos de ação dos projetos de auditoria interna. A Sra. Danielle Paiva, gestora de Compliance e Risco, informou que os planos de ação são acompanhados pela sua gerência por meio do processo de controles internos. E que os planos são acompanhados pela Auditoria Interna quando da realização do follow up numa verificação seguinte. O Auditor Interno Bruno Bonfim informou que estava alterando o método de acompanhamento dos planos de ação, no Relatório de Auditoria Interna, visando facilitar os seus andamentos e as suas respectivas conclusões.

- Sobre a **Situação da BDO, andamento/conclusão do processo licitatório**, um membro do Comitê questionou sobre o andamento do processo licitatório da BDO, alertando sobre a troca da equipe técnica exigida pela Resolução do BACEN. O Sr. Antônio Vinícius, gestor da UCN/GFI, informou que o edital e o termo de referência, aprovados pela Diretoria, estão na fase final de publicação e que está atento a essa questão, caso a BDO seja vencedora do certame. Aproveitou a oportunidade para informar que em breve encaminhará o cronograma dos trabalhos de exame das demonstrações financeiras da data base 30/06/21. E que remeterá, também, as demonstrações financeiras em formato de minuta com maior antecedência, para eventual debate e esclarecimento julgados necessários pelos membros deste comitê.

- Sobre o **Andamento Estatuto x Nova Resolução BACEN**, um membro do Comitê questionou se o estatuto atual já foi adequado à nova Resolução do BACEN 4.910/2021, que revoga a Resolução BACEN 3.198. Durante as discussões, como a Resolução entra em vigor somente a partir de 1º de janeiro de 2022, ficou decidido que as adequações necessárias serão analisadas pela GCR e GJU, sendo que os questionamentos junto ao BACEN, deverão ser encaminhados via ABDE.



2.3. REUNIÃO COM A AUDITORIA EXTERNA(BDO)

A reunião foi realizada em 31 de março de 2021, Ata 04/2021, considerando a necessidade de **alinhamento e de alguns ajustes nos procedimentos que envolvem o CAE, a BDO e algumas Gerências, ocorrendo a abordagem dos seguintes assuntos:**

- Que certos apontamentos de relatórios anteriores, envolvendo a GJUR/GCONTÁBIL, poderão causar perdas judiciais. Assim como, os saldos de longa data na conta pendências a regularizar, com a suas evoluções, poderão complicar futuramente e, que, para evitar distorções nos balancetes e balanços, faz-se necessário melhorar a comunicação entre as duas Gerências.

- Os membros do CAE manifestaram a preocupação com o limitado espaço de tempo para análise dos relatórios das auditorias; do envio do Relatório deste Comitê no mesmo dia da reunião do CF, também atrelado ao curto prazo; e da necessidade do envio do Planejamento Anual para o CAE, no momento oportuno.

- Destacou-se também que a nomeação de um Diretor de Administração e Finanças é importante para facilitar a coordenação entre as gerências subordinadas, otimizando as ligações funcionais com os demais setores administrativos da DESENBAHIA e órgãos externos.

- Outro aspecto considerado foi sobre o encerramento da vigência contratual com a BDO, no dia 30 de junho de 2021, conforme informação dos seus representantes. O CAE sugeriu que os procedimentos preliminares relativos ao certame licitatório, fossem iniciados com a devida antecedência.

Ressalta-se que alguns desses apontamentos foram tratados na reunião com a DCO, em 28 de junho de 2021, conforme Ata 09/2021, sendo acatados e solucionados. Os demais foram objeto de ajustes internos.

2.4. REUNIÕES COM A AUDITORIA INTERNA E RELATÓRIOS APRECIADOS

As reuniões com o Auditor Interno, este como convidado, ocorreram em conjunto com a Diretoria, conforme presenças assinaladas nas Atas 03/2021 e 09/2021, cujos resultados encontram-se nesses respectivos documentos.

Da avaliação do Relatório de Auditoria Interna/2020, observou-se o cumprimento de 08(oito) PRA's com as suas constatações e o PRA 06 sem constatação, este último motivo de uma CI, da própria Auditoria Interna ao ente envolvido. As constatações dos 08 (oito) PRA's foram avaliadas conforme Ata 06 CAE, de 05 de maio de 2021. Posteriormente, foram encaminhados ao CAE, pelo Auditor Chefe, o PRA 13/2020, em 10/05/2021, e o PRA 02/2021, em 18/05/2021, com as respectivas decisões da DCO. Nelas, os membros do CAE concordaram que as constatações poderão ser corrigidas pela UCN/GFI, com a implementação dos seus Planos de Ação.



Concordaram, também, com a Auditoria Interna, sobre as decisões da DCO, de que não ocorreram deficiências significativas no controle interno e descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares reportados nos respectivos PRA's.

2.5. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS, CONFORMIDADE E OUVIDORIA

Estas apreciações foram tratadas nas reuniões do próprio Comitê, bem como nas reuniões com a Diretoria e com o Auditor Independente, conforme registro nas respectivas Atas.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com base nas atividades desenvolvidas, e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) apresenta as conclusões de suas avaliações:

- As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a situação patrimonial e financeira do período.
- Na avaliação executada pela Auditoria Externa, Empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, conforme Relatórios do período, 1º semestre de 2021, não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a sua independência.
- A estrutura de controles internos é continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, com o intuito de minimizar custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias. A empresa está atenta aos modernos meios de instrumentalização na busca do atendimento ao aporte e à complexidade dos negócios, mostrando-se compatível, face às suas exposições a risco.
- A Auditoria Interna é efetiva, mesmo tendo dificuldades para cumprir com o seu planejamento anual, diante da pandemia do coronavírus, vem buscando seu objetivo principal, em consonância com as diretrizes da área de Auditoria Interna da Empresa.
- As recomendações à Diretoria foram abordadas nas respectivas reuniões, com resultados em sua maioria solucionados e que outros apenas necessitam de pequenos ajustes entre as gerências envolvidas.

Em atendimento às competências previstas no art. 24, § 1º, da Lei 13.303/2016, as solicitações, orientações e sugestões apresentadas às áreas e aos órgãos de governança da empresa constam nas respectivas atas de reuniões.

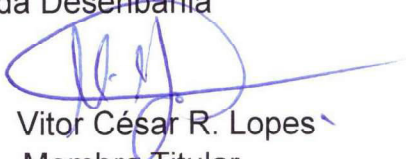


Salvador (BA), 06 de agosto de 2021

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Desembahia



Mario Augusto Brandão Rabelo
Membro Titular



Vitor César R. Lopes
Membro Titular

4. ANEXO 1 – REUNIÕES DO CAE E PARTICIPANTES

SEQUÊNCIA	DATA	TIPO	PARTICIPANTES											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	-
1	28/01/2021	ORDINÁRIA	x	x	x									-
2	22/022021	ORDINÁRIA	x	x	x									-
3	11/03/2021	ORDINÁRIA	x	x	x	x		x	x	x				-
4	31/032021	ORDINÁRIA	x	x	x							x	x	-
5	29/04/2021	ORDINÁRIA		x	x									-
6	05/05/2021	ORDINÁRIA	x	x	x									-
7	04/06/2021	ORDINÁRIA	x	x	x									-
8	22/06/2021	ORDINÁRIA	x	x	x									-
9	28/062021	ORDINÁRIA	x	x	x	x	x	x	x		x			-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Gerardo Viana - CAE

(2) Mário Rabelo – CAE

(3) Vítor Lopes - CAE

(4) Francisco Miranda- Dir. Presidente

(5) Agenor Barreto-Diretor DDN

(6) Bruno Bonfim- Titular Aud. Interna

(7)Danielle Paiva-GCR

(8)Mayanna Moreira - GJU

(9)Antônio Vinícius

(10) João Neves- BDO

(11) Manuel Pérez-BDO

5. ANEXO 2 – PAUTA DE REUNIÕES

ATAS	ASSUNTOS
01/2021	-Apreciação da Nota Técnica Sobre Crédito Tributário/ 2020. -Conclusão do Relatório Anual / 2020 do CAE. -Planejamento das Atividades do CAE para 2021
02/2021	-Apreciação do Relatório das Demonstrações Contábeis do Auditor Independente (BDO), referente ao exercício de 2020. -Relatório Anual do CAE, referente ao exercício de 2020. -Apreciação do Novo Estatuto Social da DESENBAHIA -Apreciação da Nova Resolução BACEN sobre Auditoria Interna, de 23 de dezembro de 2020.
03/2021	-Apreciação do Novo Estatuto Social da Desenhahia
04/2021	-Alinhamento de procedimentos CAE e BDO
05/2021	-Prazo para o término da avaliação do Relatório de Auditoria Interna.
06/2021	-Avaliação do Relatório Anual de Auditoria Interna/2020.
07/2021	-Resolução CMN Nº 4.910, de 27 de maio de 20121; -PRA 13/ 2020 e PRA 02/2021 e respectivas decisões da Diretoria (DCO); -Desconformidade realizada e seus resultados para as operações da Desenhahia com FGI PEAC, citadas nos ofícios 8641/2021 e 8694/2021 do BCB/DESUC.
08/2021	- Avaliação do Relatório Circunstanciado de Revisão do Auditor Independente (BDO) sobre o Sistema de Controles e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares – De 31 de dezembro de 2020. - Avaliação de Revisão do Auditor Independente (BDO) de Revisão dos Critérios Adotados para a Classificação da Operações de Crédito por Níveis de Risco e para Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)- De 31 de dezembro de 2020. - Relatório de Ouvidoria de 31 de dezembro de 2020.
09/2021	-Diretoria Financeira (aspectos a considerar); -Planos de Ação das Gerências; -Situação da BDO, andamento/conclusão do processo licitatório; -Andamento Estatuto x Nova Resolução BACEN.
-	-
-	-



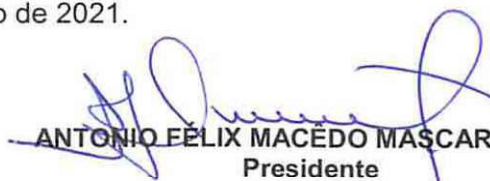


Desenbahia Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da DESENBABIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, em reunião para, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciarem o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado e dos Fluxos de Caixa, juntamente com as Mutações do Patrimônio Líquido da Agência relativos ao primeiro semestre de 2021, verificaram a exatidão de todos os documentos apresentados, à luz do Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS, recomendando a sua aprovação.

Salvador, 18 de agosto de 2021.


ANTONIO FÉLIX MACÊDO MASCARENHAS
Presidente


RANIERI MURICY BARRETO


LUIS AUGUSTO PEIXOTO ROCHA


LUIZA AMÉLIA GUEDES M. MELO


MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO